



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO – FACE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO UNIVERSITÁRIA

MÔNICA MARIA DE SOUSA MACHADO NUNES

A BIBLIOTECA PÚBLICA UNIVERSITÁRIA,
ACESSIBILIDADE E PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS

Brasília - DF
2010

MÔNICA MARIA DE SOUSA MACHADO NUNES

**A BIBLIOTECA PÚBLICA UNIVERSITÁRIA,
ACESSIBILIDADE E PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação - FACE, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção de Grau de Especialista em Gestão universitária.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marisa Cardoso Trindade.

Brasília - DF

2010

**A BIBLIOTECA PÚBLICA UNIVERSITÁRIA, ACESSIBILIDADE E PESSOAS COM
DEFICIÊNCIAS FÍSICAS**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação - FACE, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção de Grau de Especialista em Gestão universitária.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Marisa Cardoso Trindade.
Orientadora

Prof^o Dr. César Augusto Tibúrcio Silva
Membro da banca - UnB

“Porque dEle, por Ele e para Ele são todas as coisas” (Romanos 11:36)

A Deus, a quem pertencem os tesouros da sabedoria, por ter me guiado durante esse tempo de estudo. Seu amor e seu cuidado são a razão da minha vitória.

Aos meus pais Luiz (in memoriam) e Elza.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do PPGA, pelos ensinamentos transmitidos;

Às colegas da pós-graduação pela alegria, solidariedade e troca de experiências;

Às colegas bibliotecárias Mara e Rosina;

À Professora Sely pela compreensão e apoio;

À minha Orientadora Professora Dra. Marisa pelo tempo dedicado às revisões e esclarecimentos de dúvidas;

Ao Walter Barrense pela medida exata de amizade e apoio;

Ao Marcus, meu esposo, por seu companheirismo, dedicação e paciência;

À minha filha amada Mayara que tão cedo se foi deixando-me sua luz, tornando-me mais forte para suportar tamanha ausência;

Aos meus filhos amados, João Pedro e Maria Júlia, minha inspiração, coragem, força e alegria;

Ao Tarcísio, pela valiosa contribuição para realização deste trabalho;

À minha irmã Elizabeth, pela preciosa colaboração e dicas em termos de Comunicação Gráfica;

Ao meu querido irmão Rafael pela dedicada revisão do trabalho;

Aos meus irmãos, em especial a minha mãe, pelas orações;

À UnB, que me permite crescer profissionalmente;

À Janne querida, pela pergunta que me despertou a voltar aos estudos, pelas boas risadas e pela amizade;

À Prof^a. Patrícia Raposo pelas discussões enriquecedoras que me fizeram chegar à escolha do tema, pelos conselhos e apoio com seu conhecimento e suas experiências;

À Fernanda Miranda pela amizade sincera;

A todos que, de alguma forma, participaram e contribuíram para a concretização desta monografia.

Como dizia *Antoine Saint Exupéry* em sua obra prima “*O Pequeno Príncipe*”

“Foi o tempo que perdeste com a tua rosa, que fez a tua rosa tão importante.”

*Uma mente brilhante impedida de estudar
pela simples existência de uma escadaria...
não há forma mais cruel de segregação
social do que as barreiras para pessoas
com deficiência!*

Duarte e Cohen, 2004

RESUMO

Tomamos como ponto de partida que qualquer pesquisa não deve ficar atrelada somente ao desejo individual do pesquisador, pois é a própria sociedade que nos apresenta os temas de estudo. Neste sentido, a presente monografia teve como objeto de estudo identificar, mapear e descrever as barreiras físicas da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB), com o objetivo de analisar as verdadeiras condições de acessibilidade, no que se refere ao atendimento às pessoas com deficiência física com base na Norma NBR da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Como suporte para a formação do referencial teórico foi feito uma revisão da literatura, cujas principais temáticas são: Biblioteca pública universitária, Acessibilidade e Usuários com deficiência física. A metodologia empregada para este estudo foi a técnica de pesquisa qualitativa por meio de entrevista. As conclusões e recomendações estão direcionadas à análise crítica dos itens avaliados pelo instrumento em consonância com a acessibilidade e a devida equidade entre pessoas que encontram barreiras ao frequentar a Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

Palavras - chaves: Biblioteca Pública Universitária, Acessibilidade e usuários com deficiência física.

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO	1
1.1 Justificativa.....	3
II REVISÃO DA LITERATURA	6
2.1 Acesso e acessibilidade.....	6
2.1.2 Acessibilidade Física, Lei 10.098/2000 e a Norma NBR 9050 (ABNT, 2004).	7
2.2 Pessoas com deficiência física.....	9
2.2.1 O termo “pessoa com deficiência”: Contexto histórico-social	9
2.2.2 Classificação de lesões: (P.C.R e P.M.R).....	13
2.3 A Biblioteca Pública Universitária, a Acessibilidade e os Usuários com Deficiência Física	15
2.4 Inclusão Social.....	18
III CONTEXTO DA PESQUISA	21
3.1 A Universidade de Brasília: O Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais - PPNE	21
IV METODOLOGIA DE TRABALHO	23
4.1 Definições do tipo de deficiência analisada para os usuários da biblioteca	24
4.2 Elaboração do instrumento de análise	24
4.3 Aplicação do instrumento de análise a um grupo de usuários com determinado tipo de deficiência.....	25
V RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
5.1 Primeiro grupo: Usuários em cadeiras de rodas	28
5.1.1 Entrada da biblioteca	29
5.1.2 Interior da biblioteca.....	31
5.1.3 Outros itens	33
5.2 Segundo grupo: Usuários com mobilidade reduzida.....	35
5.3. Entrada da biblioteca	36
5.3.1 Interior da biblioteca.....	38
5.3.2 Outros itens	39
VI CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	42
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE	50
APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE ANÁLISE.....	50
APÊNDICE B.....	56
ANEXOS.....	57
ANEXO A	57
ANEXO B	58
GLOSSÁRIO.....	58
ANEXO C - Recomendações NBR 9050 (ABNT 2004)	59

LISTA DE FIGURAS

1º Grupo

Figura 5.1 - Portaria Central.....	30
Figura 5.2 – Elevador.....	30
Figura 5.3 – Corrimãos.....	31
Figura 5.4 - Terminais de consulta.....	32
Figura 5.5 - Estantes.....	32
Figura 5.6 – Sanitários.....	33
Figura 5.7 – Bebedouros.....	33
Figura 5.8 – Lanchonetes.....	34
Figura 5.9 – Telefones públicos.....	34
Figura 5.10 – Máquinas de atendimento automático.....	35

2º Grupo

Figura 5.11 – Portaria Central.....	37
Figura 5.12 – Elevador.....	37
Figura 5.13 – Corrimãos.....	37
Figura 5.14 – Estantes.....	38
Figura 5.15 - Terminais de consulta.....	39
Figura 5.16 – Sanitários.....	39
Figura 5.17 – Bebedouros.....	39
Figura 5.18 – Telefones públicos.....	40
Figura 5.19 – Lanchonetes.....	40
Figura 5.20 – Máquina de atendimento automático.....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Critérios adotados para elaboração do instrumento de análise.....	24
Tabela 2 - Perfil usuários respondentes em cadeiras de rodas.....	28
Tabela 3 - Resultados da análise dos usuários em cadeiras de rodas.....	29
Tabela 4 - Perfil usuários respondentes com mobilidade reduzida.....	35
Tabela 5 - Resultados da análise dos usuários com mobilidade reduzida.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

1º Grupo

Gráfico 1 – Resultados obtidos Portaria Central.....	30
Gráfico 2 - Resultados obtidos Elevador.....	30
Gráfico 3 – Resultados obtidos Corrimãos.....	31
Gráfico 4 – Resultados obtidos Terminais de consulta.....	32
Gráfico 5 – Resultados obtidos Estantes.....	32
Gráfico 6 – Resultados obtidos Sanitários.....	33
Gráfico 7 – Resultados obtidos Bebedouros.....	33
Gráfico 8 – Resultados obtidos Lanchonete.....	34
Gráfico 9 – Resultados obtidos Telefones públicos.....	34
Gráfico 10 – Resultados obtidos Máquina de atendimento automático.....	35

2º grupo

Gráfico 11- Resultados obtidos Portaria Central.....	37
Gráfico 12 - Resultados obtidos Elevador.....	37
Gráfico 13 - Resultados obtidos Escadas – corrimãos.....	37
Gráfico 14 - Resultados obtidos Estantes.....	38
Gráfico 15 - Resultados obtidos Terminais de consulta.....	39
Gráfico 16 - Resultados obtidos Sanitários.....	39
Gráfico 17 - Resultados obtidos Bebedouros.....	39
Gráfico 18 - Resultados obtidos Telefones públicos.....	40
Gráfico 19 - Resultados obtidos Lanchonete.....	40
Gráfico 20 - Resultados obtidos Máquina de atendimento automático.....	41

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- APAE** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- BCE** - Biblioteca Central
- BDS** - Biblioteca Digital e Sonora
- CENESP** - Centro Nacional de Educação Especial
- CONADE** - Coordenadoria nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
- CORDE** – Sub - coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- LDV** - Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual
- MEC** - Ministério da Educação
- NBR** - Norma Brasileira
- OMS** - Organização Mundial de Saúde
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PD** - Portador de Deficiência
- PCR** - Pessoa em Cadeira de Rodas
- PMR** - Pessoa com Mobilidade Reduzida
- PPNE** - Programa de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais
- PNEE** - Portador de Necessidades Educativas Especiais
- TIC's** - Tecnologias da Informação e Comunicação
- UnB** - Universidade de Brasília
- UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

I INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca, em termos gerais, laborar acerca de três questões de caráter teórico – metodológico: Acessibilidade, Biblioteca Pública Universitária e usuários com deficiência física como uma forma de identificar, mapear e descrever as barreiras físicas da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB), tendo por base as condições de acessibilidade, no que se refere ao atendimento às pessoas com deficiência física. O trabalho tem como apóio técnico a Norma NBR 9050 (ABNT, 2004).

Dentro deste contexto, a acessibilidade pode ser concebida como *“...uma característica do ambiente ou de um objecto que permite a qualquer pessoa estabelecer um relacionamento com esse ambiente ou objecto, e utilizá-los de uma forma amigável, cuidada e segura¹”*.

Por volta da década de 60, nos EUA e na Europa arquitetos revolucionaram o conceito “Projetos Livres de Barreiras”. Conceito este centralizado na deficiência física. Desse movimento, chegou-se ao que é hoje conhecido como desenho para todos, englobando aspectos físicos como: edificações, espaços urbanos, transportes, saúde, lazer, como também do aspecto digital como: redes de computadores e sistemas de comunicação. Concomitantemente, a questão da acessibilidade emerge como pretexto para a discussão da deficiência física como um tema de grande relevância no meio acadêmico em outros setores afins e em várias partes do mundo.

¹

Conceito Europeu de Acessibilidade - Relatório do Grupo de Peritos criado pela Comissão Europeia -

Assim, a acessibilidade vem deixando de ser entendida apenas dentro do contexto da criação de espaços e ambientes exclusivo para uso das pessoas com deficiências, para ser pensada em termos de ambientes que possam ser utilizados por todos.

No Brasil, as questões sobre acessibilidade começaram a ser discutidas apenas na década de 80 por movimentos organizados por pessoas com deficiências, comprometidos com a diversidade humana que deve ser contemplada nesse mundo globalizado, presumindo a inclusão de todos. Atualmente, há mais de 24,6 milhões de brasileiros que portam algum tipo de deficiência, o que significa cerca de 14,5% da população (5,7 milhões) são pessoas com deficiências Censo – IBGE 2000²

As Nações Unidas e a Comunidade Européia incluíram em seus respectivos documentos legais a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiências e idosos. O Brasil adequou-se a essas políticas, através da Lei nº 10.098 de 19/12/2000, que trata a questão da acessibilidade como uma questão de direito³, uma possibilidade de garantir a todas as pessoas, o acesso aos bens, serviços, produtos e equipamentos e de assegurar condições para o exercício de cidadania e autonomia, com o máximo possível de usabilidade e segurança a todos. Trata-se de uma questão de humanidade e de inclusão.

Nas três últimas décadas, o mundo sofreu uma grande transformação com o surgimento dos microcomputadores, da elevação contínua e progressiva da sua capacidade de processamento, das novas tecnologias em sensores, satélites e da consolidação da própria rede mundial de computadores, a “internet”. O desenvolvimento tecnológico viabilizou grandes expectativas para todos. Porém, boas partes dessas tecnologias ainda não estão disponíveis, nos ambientes de interesse e necessidade dos deficientes físicos que buscam desenvolver as suas atividades como verdadeiros cidadãos.

As barreiras encontradas por usuários no acesso a bibliotecas tornam-se mais evidentes quando se tratam de bibliotecas de ensino superior. Nas séries anteriores ao ensino superior, o aluno com deficiências normalmente recebe acompanhamento

² www.ibge.gov.br

³ A acessibilidade é um direito garantido pela Lei n. 10.098 de 19/12/2000

da instituição, o que não é esperado em uma instituição de nível superior que já o considera adulto e independente. O próprio aluno reivindica essa autonomia. Por esse motivo exposto, é necessária que uma biblioteca, ofereça infra-estrutura e conduta que permitam o acesso a informação para o usuário com deficiência da forma mais independente possível.

O desenvolvimento das técnicas, das novas tecnologias, da informática e comunicação, deve ser visto como meios e não fins que permitam que muitas pessoas com deficiência encontrem as condições necessárias para que possam dedicar-se às atividades de estudo, trabalho e lazer, contribuindo assim, de forma ativa e significativa para o desenvolvimento da sociedade. Da mesma forma, o direito à eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos deve ser uma realidade na vida dessas pessoas. Dentro deste contexto, entendemos a necessidade de uma reflexão sobre Biblioteca, Acessibilidade e Deficiência física.

1.1 Justificativa

Tradicionalmente, as instituições universitárias estão associadas à produção e disseminação do conhecimento, sendo que uma etapa fundamental neste processo diz respeito ao levantamento bibliográfico, à busca de obras de referência.

Neste sentido, reconhece-se que a rede mundial de computadores, a Internet, atualmente disponibiliza uma infinidade de textos e recursos multimídia que, certamente, democratizou o acesso à informação e ao conhecimento. No entanto, deve-se ressaltar que, apesar dos avanços e benefícios da Internet, o acesso a obras de referência ainda é bastante restrito. Os acervos das bibliotecas brasileiras e do exterior encontram-se apenas parcialmente digitalizados e disponibilizados. Além disso, um grande número de informações fornecidas através da Internet possui qualidade duvidosa e, portanto, devem ser verificadas.

Diante do que foi exposto, as bibliotecas universitárias ainda constituem-se no local mais adequado para pesquisas junto ao seu acervo, formado por livros,

periódicos e diversas publicações relevantes. Além disso, as bibliotecas dispõem de funcionários para apoio às consultas e buscas de informações a seus usuários, facilitando a localização de obras de referência.

Além do acesso à informação, uma questão certamente relevante é a acessibilidade dos usuários das bibliotecas. Ribeiro et al. (2007) ressaltam que a falta de acessibilidade a determinados locais e serviços leva as pessoas com alguma deficiência, seja física, visual ou mental, a sentirem-se à margem da sociedade, provocando, na maior parte das vezes, perturbações de auto-estima e comportamento, intensificando a segregação social.

No caso específico da Universidade de Brasília, a sua Biblioteca Central implementou uma série de medidas para garantir a acessibilidade de seus usuários com deficiência. Dentre estas medidas, podem ser mencionadas a presença de rampas de acesso, corrimãos e sanitários adaptados para usuários que utilizam cadeiras de rodas. Para auxiliar usuários com deficiência visual, o Serviço de Gerenciamento da Informação Digital (GID), em parceria com o Programa de Apoio ao Portador de Necessidades Especiais (PPNE), criou em 2008 a Biblioteca Digital e Sonora.

Entretanto, apesar da implementação destas medidas, observa-se que a BCE ainda é raramente freqüentada por usuários com deficiência física, sejam estes cadeirantes ou que sofrem de mobilidade reduzida.

Esta constatação urge a que se analise quais os motivos que levam estes usuários a se ausentarem destes ambientes, além de se pesquisar a eventual existência de irregularidades, na implantação das medidas de adaptação, em referência à Norma NBR 9050 (ABNT, 2004). Assim, será possível analisar o estado atual da BCE, segundo a acessibilidade de seus usuários com deficiência, identificando e mapeando suas reais necessidades.

Pelo exposto, tem-se como questão problema:

No que se refere às pessoas com deficiências físicas e sob a ótica das condições de acessibilidade, a BCE/UnB atende as necessidades de seus usuários?

Assim sendo, o objetivo geral deste trabalho foi analisar a Biblioteca Central da Universidade de Brasília – UnB/BCE, sob a ótica de suas condições de

acessibilidade, no que se refere ao atendimento às pessoas com deficiências físicas. A partir deste, foram fixados os objetivos específicos.

- Identificar as condições de acessibilidade física na BCE para as pessoas com deficiência física;
- Mapear as condições de acessibilidade física na BCE para as pessoas com deficiência física;
- Descrever as condições de acessibilidade física na BCE para as pessoas com deficiência física;
- Analisar as verdadeiras condições de acessibilidade da BCE, no que se refere ao atendimento às pessoas com deficiências físicas.

II REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Acesso e acessibilidade

Costuma-se definir o termo “acesso” como o caminho, a passagem ou ainda a possibilidade de alcançar algo difícil, (Houaiss, 2008). Por outro lado, uma definição bem mais abrangente foi apresentada por Lynch (1999), que considerou o acesso como um dos elementos para se alcançar uma boa forma de cidade. Almeida (2006) pressupõe que a mobilidade urbana seria a alavanca para a redução das desigualdades sociais, da violência e da pobreza nas cidades, pois as diversas formas em que se manifestam guardam relação com a segregação espacial e falta de acesso aos serviços públicos.

Com relação à acessibilidade, há diferentes entendimentos para este termo.

É bastante comum associá-la, primeiramente, ao compromisso de melhorar a qualidade de vida dos idosos e de pessoas com deficiência como o perceptual, cognitiva, motora e múltipla, uma vez que essas pessoas são as que mais sofrem impacto da existência de barreiras nos vários ambientes, produtos e serviços que utilizam. No entanto, acessibilidade ou simplesmente a possibilidade de alcance aos espaços físicos, à informação, aos instrumentos de trabalho e estudo, aos produtos e serviços diz respeito à qualidade de vida de todas as pessoas. (MELO 2008, p.36).

Nogueira (2007) ressalta que a acessibilidade é uma questão central para a qualidade de vida, embora essa seja uma questão muito ampla e que depende da percepção de cada indivíduo, pois os diversos setores da sociedade podem interferir na satisfação pessoal e no direito à cidadania.

Para termos uma sociedade mais inclusiva, que reconhece e valoriza as diferenças entre as pessoas, torna-se importante que propostas para a acessibilidade de pessoas com características específicas estejam articuladas à promoção da qualidade de vida para todos. Assim, pessoas com habilidades, necessidades e interesses variados, sejam ou não em decorrência de envelhecimento ou de deficiências, poderão ser beneficiadas por propostas de ambientes, produtos e serviços acessíveis, que não as discriminem.

Oliveira (2003) chama a atenção para o fato que quando se fala em legislação, a eliminação de barreiras arquitetônicas é traduzida como acessibilidade favorecendo para que as pessoas com mobilidade reduzida possam ter um melhor desempenho na execução dos seus objetivos.

O'Sullivan (2004), define as barreiras arquitetônicas como impedimentos físicos que impossibilitam os indivíduos de se movimentarem de maneira correta em seus arredores, ocasionando riscos à sua segurança.

Como reflexo da importância da acessibilidade, símbolos reconhecidos internacionalmente identificam construções acessíveis aos indivíduos e devem ser utilizados para tornar ambientes acessíveis. Ribeiro et al. (2007) afirma que as escadas, degraus, corrimãos, banheiros, dimensões de portas, são as barreiras arquitetônicas mais encontradas principalmente em edifícios públicos.

2.1.2 Acessibilidade Física, Lei 10.098/2000 e a Norma NBR 9050 (ABNT, 2004).

O conjunto de normas técnicas brasileiras voltadas para a acessibilidade do indivíduo deficiente, que a NBR 9050 (ABNT, 2004) desenvolveu por meio de seus comitês, a partir de junho de 2004, onde estão disponíveis eletronicamente em texto completo no site da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) ⁴, reflete parte do processo de maturação em estâncias como a do Estado, representado pelo Ministério da Justiça, da rede privada na socialização destes documentos, como da própria comunidade deficiente que se vê respeitada e dignificada por meio da norma NBR 9050 (ABNT, 2004) Acessibilidade a Edificações, Mobiliários, Espaços e Equipamentos Urbanos.

A legislação nacional, especificamente a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, (BRASIL, 2003) estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, expressando em seu Art. 2º a definição de acessibilidade:

⁴ Disponível em <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/principal.asp>

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

“A lei é clara, ao estabelecer o conceito de barreiras como qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas”. Tais barreiras são assim classificadas:

- Barreiras arquitetônicas quanto a: áreas urbanísticas, edificações e no transporte;
- Barreiras nas comunicações, sendo considerado todo e qualquer entrave ou obstáculo que possa dificultar ou impossibilitar a expressão ou recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação de massa ou não.

O Art. 17º da Lei nº 10.098 de 2000, designação dada ao Poder Público para a promoção e eliminação de barreiras. Segundo a Norma NBR 9050 (ABNT, 2004), a acessibilidade pode ser definida como possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia de acesso às edificações, espaços, mobiliários e equipamentos urbanos.

Portanto, o acesso aos serviços, deverá ser oferecido igualmente a todos, com igualdade de direitos para que exercitem plena cidadania. Os espaços em que se procura reduzir barreiras para esse grupo social são os mais diversos como: ruas, residência, centros culturais, bibliotecas, museus, meios de transporte, mobiliário, escolas, áreas de lazer e até mesmo a internet. Segundo a Lei 10.098/2000, essas barreiras interferem na acessibilidade, na condição de alcance para utilização com segurança e autonomia dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoa com deficiências ou mobilidades reduzida. A partir da acessibilidade aos ambientes é que se estabelecem relações, sendo possível uma maior interação e com isso um maior crescimento pessoal.

Em suma, “acesso” e, principalmente Acessibilidade, não devem ser compreendidos como medidas que favoreceriam apenas às pessoas com deficiência, o que poderia até aumentar a exclusão espacial e isolamento destes

grupos, mas sim medidas técnico-sociais que acolheriam todos os usuários em potencial.

2.2 Pessoas com deficiência física

2.2.1 O termo “pessoa com deficiência”: Contexto histórico-social

Na antiguidade, as crianças com deficiência fossem qual fosse à deficiência, eram vistas pela sociedade como pessoas castigadas e rejeitadas pelos deuses, dignas de piedade e compaixão. Motivo pelo qual eram abandonadas. Essa idéia não só existia na sociedade, mas também permanecia entre os estudiosos e pensadores da época como Platão e Aristóteles, que defendiam a eliminação das crianças com deficiência. Em Atenas e Esparta havia uma lei que não só defendia como também fomentava o genocídio de crianças com deficiência. Na idade média o reformulador protestante Martin Luther seguia a mesma linha de pensamentos e ações cruéis, pois as denominava como crianças monstros e aconselhava que fossem mortas. Beyer (2005, p. 14) destaca que após a segunda guerra mundial, em que pessoas voltavam mutiladas para casa, a sociedade começou a mudar seus conceitos em relação à deficiência física, passando a envolver-se mais com o indivíduo, este foi um importante processo de aceitação de pessoas com deficiências pela sociedade.

Segundo Jannuzzi (2004) e Sassaki (1999), remota o século XVI, onde as pessoas com deficiências desenvolviam poucas atividades.

Em 1854, foi construído o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje mais conhecido como Instituto Benjamim Constant e, em 1856, o Instituto dos Surdos, Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação dos Surdos. Em 1954 foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), com ensino e serviços gratuitos. Contudo, somente na década de 60 e 70 é que apareceram outros centros com o objetivo de incluir essas pessoas com deficiências.

A partir de 80 esta integração social teve um impulso maior quando surge a luta pelos direitos da pessoa com deficiência por meio de organizações como a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE).

Conforme Sassaki (1999), esses centros surgiram por meio do movimento de

integração social.

Nessa mesma década 90, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) determinou o enquadramento dos alunos com deficiência no sistema geral de educação. Em 1973, foi criado o primeiro órgão federal de política específica, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). A partir dessa década, a sociedade e o governo começam a avaliar a utilidade dessas pessoas para o desenvolvimento do país.

Após a Declaração de Salamanca, em 1994, a sociedade brasileira passou a debater questões essenciais à vida em sociedade, quando aconteceu segundo Omote (2004, p.2-3) uma movimentação de educadores em busca de qualificação para a nova demanda igualmente um numero crescente de pais de alunos que buscava assegurar o direito de seu filho, independentemente da natureza das deficiências, matricular-se na escola da sua comunidade e freqüentar atividades da classe comum juntamente com seus pares não deficientes.

A inclusão de pessoas com deficiências é regulamentada nas escolas passando assim a valorização das diferenças.

Sassaki, (1999, p. 29) a relação pessoa com deficiências era orientada até pouco tempo pelo modelo médico da deficiência. Considerava-se que “a pessoa deficiente é que precisa ser curada, tratada, habilitada, reabilitada, etc. a fim de ser adequada à sociedade como ela é sem maiores modificações”. Esse conceito contribuiu para que houvesse uma resistência da sociedade em aceitar pessoas com deficiências para seu convívio social, educacional e profissional. Segundo Gonzáles (2002) “em países desenvolvidos, como Estados Unidos, Canadá, Austrália e Portugal, as leis e normas são rígidas e são seguidas como manuais na elaboração de projetos e serviços.”

Segundo AMERICANS WITH DISABILITIES ACT, nos Estados Unidos, é proibida qualquer forma de discriminação, a criação de locais de trabalho, acessibilidade em locais públicos. Nas últimas décadas, segue um processo histórico de lutas e reivindicações por parte das próprias pessoas com deficiências que se organizaram em grupos. Essas pessoas tiveram de enfrentar até mesmo a classificação de diversos termos semânticos, que foram criados para classificá-los em um grupo de excluídos (paralítico, aleijado, defeituosos, excepcional, doente mental, anormal, doido, mongolóide... deficiente). Todas essas palavras têm relação

com o profundo desconhecimento que a maioria das pessoas acumulou ao longo dos tempos, são reflexos das imagens que visualizam e incorporam como “pessoas capacitadas” de participarem ativamente na sociedade.

A terminologia pessoa portadora de deficiência tenta estabelecer a idéia de que a deficiência está no indivíduo, mas, o indivíduo não é deficiente. O verbo portar significa carregar, trazer. Mas como o sujeito pode carregar algo, se este algo não existe, se este é justamente uma ausência ou redução. (BUSCAGLIA, 1997 p.28).

Pereira (2004) afirma que ainda nos dias de hoje, existem muitas dúvidas quanto ao termo correto a ser usado com relação a uma pessoa com deficiência. A legislação brasileira adota o termo “portador de deficiência”, essas e outras palavras como portador de necessidades especiais, devem ser evitadas.

Segundo a especialista (WENECK, 2003 apud PEREIRA, 2004), apesar de seu uso freqüente na mídia, defende a idéia de que “pessoas não carregam suas deficiências nas costas como um fardo e, de vez em quando, descansam para conseguir um trabalho mais bem remunerado.” Assim, o mais sensato seria adotar a expressão “pessoa com deficiência”.

A pessoa com necessidades especiais pode ser o resultado de condições como: física, auditiva, mental, visual, múltipla, autismo, entre outras dificuldades como problema de conduta, dificuldade de aprendizagem; distúrbio de déficit de atenção com hiperatividade, distúrbio obsessivo compulsivo, síndrome de tourette, distúrbios emocionais e transtornos mentais.

Segundo Manual da Mídia Legal (2002, p. 50), existem vários argumentos para não utilizarmos o vocábulo portador, pois não dizemos e nem escrevemos que certa pessoa é ‘portador de olhos azuis’, uma pessoa só porta algo que ela pode portar, essa palavra não cria relação de direito-dever entre pessoas com e sem deficiência, porque não divide responsabilidades. É como se a deficiência não fosse uma questão de interesse público, apenas um problema do ‘portador’ e de seus familiares.

Movimentos mundiais estão debatendo o nome pelo qual as pessoas com deficiências desejam ser chamadas. Mundialmente, a questão está encerrada: querem ser chamadas de “pessoas com deficiência” em todos os idiomas. Esse termo faz parte do texto da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, adotado pela ONU em 13/12/06 e a ser ratificado posteriormente através de lei

nacional de todos os Países-Membros. No Brasil, este tratado foi ratificado com equivalência de emenda constitucional, através do Decreto Legislativo n. 186, de 09/07/08, do Congresso Nacional.

Princípios básicos para os movimentos terem chegado ao nome “pessoas com deficiências”

1. Não esconder ou camuflar a deficiência;
2. Não aceitar o consolo da falsa idéia de que todo mundo tem deficiência;
3. Mostrar com dignidade a realidade da deficiência;
4. Valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência;
5. Combater neologismos que tentam diluir as diferenças, tais como “pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, “pessoas com habilidades diferenciadas”, “pessoas deficientes”, “pessoas especiais”, “é desnecessário discutir a questão das deficiências porque todos nós somos imperfeitos”, “não se preocupem, agiremos como avestruzes com a cabeça dentro da areia”, “aceitaremos vocês sem olhar para as suas deficiências”;
6. Defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência atendendo às diferenças individuais e necessidades especiais, que não devem ser ignoradas;
7. Identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e a partir daí encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade diminuírem ou eliminarem as “restrições de participação” (dificuldades ou incapacidades causadas pelos ambientes humano e físico contra as pessoas com deficiência).

Portanto, ao citarmos documentos oficiais ou autores que utilizam a sigla Pessoa Portadora de Deficiência (PPD), seremos fiéis ao mesmo motivo pelo qual as duas formas serão aqui representadas.

Entretanto, o mais importante que definir termos e conceitos mais coerentes é fornecer à sociedade informações claras e contundentes, atenuando a discriminação, além de, primordialmente, esclarecer a própria pessoa com deficiência quanto aos seus direitos e proteção legal. (BRASIL, 1994).

No Decreto nº 3.298 de 1999 da legislação brasileira, encontramos o conceito

de deficiência e de deficiência física. A deficiência física refere-se ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema ósteo - articular, o sistema muscular e o sistema nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir quadros de limitações físicas de grau e gravidade variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida.

2.2.2 Classificação de lesões: (P.C.R e P.M.R)

- Lesão cerebral (paralisia cerebral, hemiplegias)
- Lesão medular (tetraplegias, paraplegias)
- Patologias degenerativas do sistema nervoso central (esclerose múltipla, esclerose lateral amiotrófica)
- Politraumatismos
- Malformações congênitas
- Distúrbios posturais da coluna
- Seqüelas de patologias da coluna
- Seqüelas de queimaduras

As causas:

- Paralisia Cerebral: por prematuridade; anóxia perinatal; desnutrição; materna; rubéola; toxoplasmose; trauma de parto; subnutrição; outras.
- Hemiplegias: por acidente vascular cerebral; aneurisma cerebral; tumor cerebral e outras.
- Lesão medular: por ferimento por arma de fogo; ferimento por arma branca; acidentes de trânsito; mergulho em águas rasas.
- Traumatismos diretos; quedas; processos infecciosos; processos degenerativos e outros.
- Amputações: causas vasculares; traumas; malformações congênitas; causas metabólicas e outras.
- Más formações congênitas: por exposição à radiação; uso de drogas; causas desconhecidas.

Entendemos que não são as terminologias que definem nossa atitude perante uma pessoa com deficiência. O aluno pode ter uma deficiência sem sentir-se deficiente quando o poder público provê, em escolas, universidade, meios de acessibilidade que garantem o direito de ir e vir de uma criança ou jovem e quando as barreiras de aprendizagem são removidas pelos recursos disponíveis, tanto materiais quanto humanos.

A deficiência, é marcada pela perda de uma das funções do ser humano, seja ela física psicológica ou sensorial. O indivíduo pode ter uma deficiência, mas isso não significa que ele seja incapaz, essa incapacidade poderá ser minimizada quando o meio lhe possibilitar acessos.

As terminologias da Organização Mundial de Saúde (OMS) colabora no sentido de não concebermos a deficiência como algo fixado no indivíduo. Esta não pode sofrer uma naturalização de modo a negar os processos de evolução e de interação com o ambiente. A conceituação da deficiência serve, para definirmos políticas de atendimentos, recursos materiais, condições sociais e escolares. A OMS, não negou a deficiência, sua intenção não é a de discriminação. Ela faz a diferenciação pela deficiência para conhecer quais as necessidades do indivíduo. A Guatemala, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, deixa clara a proibição de qualquer diferenciação que implique exclusão ou restrição de acesso a direitos fundamentais.

Essa diferenciação deve ser feita toda vez que a mesma beneficie a pessoa com deficiência:

De acordo com o princípio da não discriminação, trazido pela Convenção da Guatemala, espera-se que na adoção da máxima tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais admitam-se as diferenciações com base na deficiência apenas com o propósito de permitir o acesso ao direito e não para negar o exercício dele (MANTOAN, 2004, p. 5).

Embora reconheçamos os limites das terminologias, devemos ter claro que elas podem nos auxiliar na busca de serviços e recursos que garantam a pessoa com deficiência sua participação na sociedade.

2.3 A Biblioteca Pública Universitária, a Acessibilidade e os Usuários com Deficiência Física

As Bibliotecas Públicas Universitárias são como organizações em constante crescimento e transformação, também são mortais e destrutíveis. Toda biblioteca conserva a lembrança das que a precederam, e que talvez a tenha sonhado. A biblioteca ideal se situa assim na encruzilhada da arqueologia e da utopia arquitetônica, da nostalgia das memórias perdidas e das reconstruções que fazem as cinzas e a terra falar. CAVALCANTI (1996, p.11) reforça este pensamento dizendo: “voltar ao passado, consultar o presente, e, talvez, olhar em direção ao futuro é, sem dúvida, um bom exercício de reflexão”.

A Biblioteca como órgão de suporte, deve sempre refletir sobre seu papel, frente às necessidades de seus usuários, a fim de contribuir para a formação de uma sociedade mais humana, visando oportunidades de acesso iguais para todos.

Uma Biblioteca acessível é um espaço que permite a presença e proveito de todos, e está preparada para acolher a maior variedade de público possível para as suas atividades, com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população. (FERRÉS, 2008 p.36)

A acessibilidade digital, as tecnologias assistivas e a sensibilização dos funcionários, a acessibilidade física, urbana arquitetônica e de produtos, representam, no planejamento de uma biblioteca acessível, um dos pilares centrais e o conceito de Design Universal é decisivo para a concepção deste espaço.

O ambiente que promove essa exclusão é o mesmo que gera a deficiência. Um ambiente acessível⁵ não exclui, ele permite a total integração, principalmente nas atividades que são realizadas por todos diariamente. A discriminação não parte apenas dos aspectos sociais, como também é responsabilidade dos projetistas de ambientes e de produtos, desenhistas industriais, engenheiros mecânicos (ambos projetistas de produtos), arquitetos, urbanistas e construtores (projetistas de ambientes).

⁵ Quando o ambiente se ajusta aos requerimentos funcionais e dimensionais, e possibilitam a utilização autônoma, com a comodidade e segurança de todos. (FERRÉS, 2008, p.36).

[..] Não contamos ainda com uma fiscalização normalizada e o desenho universal é um tema bastante recente no Brasil, e é ainda muito pouco aplicado, tanto no meio acadêmico quanto nas práticas profissionais relacionadas a projetos. Em muitos países e no Brasil, empresas representando grupos de minorias atuam de forma particular catalogando espaços ou coletivos de certas deficiências são chamados para fazerem testes de acessibilidade para assim outorgarem o selo a certos espaços (PUPO, 2008, p.37).

A Biblioteca Universitária, dentro dessa estrutura, envolve os aspectos urbanísticos (estacionamentos, caminhos de acesso, etc.), bem como aspectos para circulação entre ambiente (banheiros, rampas adequadas, elevadores, etc.) e aspectos de informação e comunicação (sinalização, tecnologia de apoio para usuários portadores de deficiências). Incluídos a esses aspectos, encontram-se também os atitudinais, que é como as pessoas compreendem e constroem o processo de acessibilidade.

Incluindo a possibilidade de frequência regular às universidades e bibliotecas, nada proíbe o deficiente físico de se integrar ao sistema social, isso ocorre em termos de discurso, pois, na realidade, o que se vê são cidades, edifícios, escolas e bibliotecas que reforçam a exclusão das pessoas com mobilidade reduzida ou com outros tipos de deficiência.

As bibliotecas universitárias estão diretamente ligadas à qualidade dos cursos de graduação ou de pós-graduação. São um dos itens avaliados pelo MEC quando da aprovação e reconhecimento dos cursos, tanto sob o aspecto do acervo, instalações e recursos humanos e agora, a partir da Portaria nº 1.679/99 do MEC, sob o aspecto da acessibilidade. (MAZZONI et. al, 2001).

Amadou Mahtar, Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) à época da comemoração do Ano Internacional do Deficiente, em 1981, indagou:

Terão as sociedades contemporâneas a coragem e a lucidez necessárias para modificar radicalmente seu comportamento para com os deficientes, quando esse comportamento decorre da mesma espécie de raciocínio que alimenta o racismo? (M'BOW, 1981).

Ferreira (1993), em seu contexto biblioteconômico, considera usuário com deficiência aqueles clientes de biblioteca que "... apresentam limitação visual, auditiva, física ou mental leve, tendo necessidades de serviços e de produtos diferenciados adaptados às suas limitações e potencialidades".

Compete às bibliotecas universitárias, em âmbito social, prover acesso à comunidade acadêmica com recursos de informação, subsidiá-la no desenvolvimento de suas atividades tanto de pesquisa como de ensino e extensão.

No contexto universitário brasileiro, verifica-se que a grande maioria das bibliotecas reflete o descaso social mais amplo pelos deficientes físicos, sendo seus objetivos voltados quase que exclusivamente para aqueles usuários fisicamente "normais".

Isso se comprova através da própria literatura da área, que apresenta um cenário bastante desolador com referência ao tratamento ineficiente e ineficaz dispensados aos usuários com deficiências.

Para sua integração, são poucas as iniciativas que se configuram, na maioria dos casos, em paternalismo, medidas assistencialistas, retirando do indivíduo o seu direito de conviver em igualdade de condições com os demais.

No Brasil, praticamente inexistente biblioteca universitária que incorpore ao seu planejamento garantias de acesso pleno a deficientes físicos, prevalecendo barreiras arquitetônicas em suas instalações e falta de profissionais capacitados para prestar atendimento a essas pessoas.

O descaso com o aluno universitário deficiente baseia-se geralmente na alegação de que é pequeno o número de pessoas com deficiências, nas instituições de ensino superior. Apesar de dificuldades iniciais imposta à pessoa com deficiência, que conseguiu ingressar no meio acadêmico, sempre se encontram outras dificuldades, devido a sua condição física. Através da Circular 277/94 o MEC propõe diretrizes para adequação estrutural e criação de condições que visem facilitar o acesso dos usuários com deficiência. Um exemplo é a eliminação de barreiras arquitetônicas e o suprimento de livros em braile e de fitas gravadas. Porém não menciona e nem destina recursos específicos para essa finalidade, sugere somente que sejam aproveitados equipamentos já existentes na própria instituição.

Os alunos deficientes, após ingresso na universidade, geralmente não conseguem acompanhar o desempenho de seus colegas de curso. No Brasil não há política editorial universitária que atenda a essa parcela da comunidade, nem tampouco recursos tecnológicos voltados para o suprimento de suas necessidades especiais. Na maioria dos casos, passam a depender da boa vontade de colegas e voluntários que se dispõem para leitura de textos, apostilas, livros e artigos

constantes da bibliografia básica das disciplinas cursadas. Em relação às pessoas com algum tipo de deficiências ou mobilidade reduzida que comprometa a capacidade parcial ou total de locomoção, encontram-se em desvantagem os deficientes visuais, pois o acesso físico é dificultado, chegando, às vezes, a ser até mesmo inviabilizado. Barreiras que transparecem através de rampas inadequadas, inexistência de barras de apoio e de elevadores, presença de escadas, pisos escorregadios, roletas, espaços insuficientes para circulação de usuários de cadeira de rodas, prevalecendo à inadequação dos prédios e de suas instalações.

Apesar das iniciativas em prol do deficiente, que configuram preocupações variadas no sentido de buscar solução para os problemas na instituição de modo geral, temos que admitir que as bibliotecas, pela quantidade de barreiras e de dificuldades a que estão submetidos seus usuários com deficiências, não podem ainda ser definidas como bibliotecas inclusivas.

2.4 Inclusão Social

O termo inclusão tão propalado nos dias atuais e, para alguns, tão diretamente ligado a educação, é algo tão antigo quanto à civilização, pois se inicia com a vida, visto que é um processo que busca compartilhar com os diversos seguimentos da sociedade e inúmeros serviços tais como saúde, educação, trabalho, bem como outros benefícios sociais e culturais. Assim, se levarmos em consideração que a pessoa com deficiência é tão antiga quanto o homem e que no decorrer dos séculos o que variou foi a forma como cada civilização se comportou diante do ser “diferente”, passa-se a observar que o mesmo não precisa ser incluído, ele está incluído apesar de toda discriminação da qual sempre foi vítima.

Incluso em uma sociedade discriminadora e preconceituosa, o deficiente, assim rotulado, passa a necessitar, para sua sobrevivência e desenvolvimento, de auxílio dos membros desta sociedade que o rejeita. Ou seja, passa a requerer de seus familiares, seus professores, seus amigos, alguém que o oriente como lidar com um ser tão “excludente”.

Dignificar toda a diversidade humana, garantir que todos participem da vida pública, independentemente da crença, religião, posição política, etnia, opção sexual ou grau de deficiência: tal é o conceito de inclusão, uma recente conquista dos

direitos humanos nos planos nacionais e internacionais. Manual da Mídia Legal (2003, p.37).

Segundo Pupo (2006), o conceito de sociedade inclusiva foi explicitado pela primeira vez em 1990, acelerando-se as ações e movimentos internacionais contra a discriminação, que gerou a resolução 45/91 da ONU. Neste mesmo ano a Assembléia Geral da ONU, que propôs uma “... *mudança no foco do programa das Nações Unidas sobre deficiência passando da conscientização para a ação, com o propósito de se concluir com êxito uma sociedade para todos até o ano 2010*”.

A Assembléia Geral da ONU em 1993 promulgou um documento intitulado *Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência* (resolução 48/96) que contém avanços em promoção de igualdade de oportunidades no ensino e garantias de condições de acessibilidade e serviços de apoio, em ambientes integrados.

Em 1994, a ONU promoveu a *Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Específicas: Acesso e Qualidade* – em Salamanca, Espanha.

Esse apelo da ONU ao mundo tem resultado em movimentos contra a discriminação, a favor da diversidade humana, numa perspectiva inclusiva, como o Ano Europeu da Pessoa com Deficiência (2003) e o Ano Ibero-Americano da Pessoa com Deficiência (2004). No Brasil, vários eventos e iniciativas mobilizam-se em torno da melhora da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Conforme Saeta (1999) a integração social do indivíduo com deficiência é um grande desafio que tem sido amplamente discutido nos últimos anos.

“uma sociedade inclusiva é aquela capaz de contemplar, sempre, todas as condições humanas, encontrando meios para que cada cidadão, do mais privilegiado ao mais comprometido, exerça o direito de contribuir com seu melhor talento para o bem comum”. (WERNECK, 2003, p.13).

A Declaração de Salamanca promoveu a busca de alternativas para que se cumprissem as propostas de ensino de qualidade para todos, transformando a educação brasileira básica no sentido de elevar discussões e reformas visando adequar-se às novas demandas.

Foram produzidos, juntamente com a participação do Brasil, outros documentos internacionais. Podemos citar a *Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de*

Deficiência, celebrada em 1999 na Guatemala (em 2001, consolidou-se no Brasil, através do decreto 198); a Declaração de Caracas, em 2002, que reafirma o compromisso internacional com a intensificação dos esforços pela eliminação da discriminação e o comprometimento com a construção de contextos sociais inclusivos; e, para as pessoas com deficiência, os principais resultados da legislação traduziram-se em ações voltadas à vida independente e à autonomia, a partir do final do século passado, destacando-se:

Implementação de projetos de equiparação de oportunidades; implantação de redes de informação e implementação gradual das leis de cotas na contratação de pessoas com deficiência.

Evidenciam-se os avanços em Ciência e Tecnologia e o desenvolvimento de novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) que ampliam as possibilidades de acesso a pessoas com deficiência às tecnologias assistivas e, conseqüentemente, ao conhecimento.

Baptista (2008, p. 24) comenta que, não basta tornar os ambientes acessíveis como espaços físicos, disponibilizando conhecimentos, etc.. As barreiras mais difíceis de serem contornadas são as “barreiras de atitude”. É preciso que nos tornemos pessoas acessíveis e inclusivas, fazendo uma revisão de nossas atitudes para mudá-las, tendo como foco a idéia de que todas as pessoas têm direitos e deveres em uma sociedade democrática e que ninguém deve ser excluído por qualquer razão que seja.

Entendemos que, quando uma única pessoa for impedida de entrar numa biblioteca pela simples existência de uma barreira, todas as funções sociais deste setor de conhecimento estarão imediatamente sendo colocadas em questão.

III CONTEXTO DA PESQUISA

3.1 A Universidade de Brasília: O Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais - PPNE

Em geral, as Universidades Públicas no Brasil procuram se adequar às necessidades das pessoas com deficiências, porém, ainda são poucas as que se preocupam com a acessibilidade. Na Universidade de Brasília, várias discussões sobre o ingresso e as condições de permanência do estudante com deficiência na Universidade foram realizadas até que se fosse criado no ano de 1999 o PPNE, vinculado à Vice-Reitoria.

O programa foi implantado e orientado pelo marco legal da Constituição Federal, a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Legislação do Ministério da Justiça e do Ministério da Educação e Resoluções da UnB; com o objetivo de estabelecer uma política permanente de acompanhamento às pessoas com deficiência, assegurar sua plena integração à vida acadêmica, visando à formação de cidadão. Para isso trabalha, no sentido de oferecer igualdade de oportunidades e condições adequadas para o seu desenvolvimento, no contexto universitário, às pessoas com deficiências. São objetivos do PPNE⁶:

Propiciar e garantir a igualdade de condições para o desempenho acadêmico dos alunos com Necessidades especiais;
Articular juntamente com a Faculdade de educação a formação de profissionais especializados em educação especial⁷ e apoiar o desenvolvimento de pesquisa e trabalhos nesta área;
Socializar o acesso e a permanência dos alunos com necessidades especiais na UnB, promovendo uma política de boa convivência universitária, que favoreça a integração e a formação de cidadão pleno;
Propor a eliminação de barreiras arquitetônicas no Campus;
Orientar e apoiar os Colegiados de Curso na adequação curricular para atender às especificações dos alunos com necessidades especiais.
Orientar, informar e emitir parecer substanciado, visando análise e decisão dos Órgãos Colegiados. (PPNE, 2010)

⁶ Folder PPNE 1º Semestre 2010.

⁷ Subsistema de ensino integrado destinado a abranger não apenas dificuldades de aprendizagem relacionadas a condições, disfunções, limitações e deficiências, mas também a aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica, mas que possui impacto sobre o processo de aprendizagem do educando.

Projetos e Atividades do PPNE

O Programa possui vários projetos e atividades. Entre eles estão o acompanhamento do rendimento acadêmico dos estudantes com deficiência, que é uma medida de prevenção a evasão, assim como desligamento da Universidade. Os alunos contam com a tutoria especial, que é um serviço de apoio ao estudante, onde os próprios colegas de disciplinas são os colaboradores, com a função de apoiar o tutorado dentro e fora de sala de aula e providenciar as adaptações necessárias para o material didático. Alunos que possuem dificuldade de locomoção contam com um transporte, sendo possível utilizar o veículo dentro do campus com agendamento no PPNE. Promove também, em parceria com a Secretaria de Recursos Humanos da UnB e outras instituições, cursos de capacitação sobre deficiências e de atendimento a esse público. Entre outros está a Biblioteca Digital e Sonora (BDS) da BCE, que busca democratizar o acesso à informação, educação e cultura, oferecendo equipamentos e recursos tecnológicos que permitam a utilização de recursos diversos, além de um ambiente apropriado para produção de material em áudio de melhor qualidade para atender usuários com deficiência visual. Outra importante parceria do PPNE é com o Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual (LDV) da Faculdade de educação, que disponibiliza materiais e equipamentos adaptados para pessoas com deficiência visual.

Outro importante projeto é o empréstimo de livros para alunos que possuem dificuldade de locomoção, ou seja, por uma deficiência ou por uma necessidade temporária, poderão fazer empréstimos na Biblioteca Central via internet. Os livros serão deixados na sala do PPNE. Basta fazer um cadastro que disponibiliza um e-mail exclusivo para que possam fazer os pedidos de materiais como livros, revistas, etc. O PPNE desenvolve uma política de convivência universitária, visando à integração e formação de cidadãos plenos.

IV METODOLOGIA DE TRABALHO

A pesquisa consistiu, em termos gerais, em dois momentos: revisão bibliográfica como arcabouço teórico-metodológico e aplicação de instrumento de pesquisa.

O embasamento teórico-metodológico permitiu a reflexão acerca do termo deficiência física, na inteiração acerca da acessibilidade física e na identificação das condições de acessibilidade física na Biblioteca Central para as pessoas com deficiência física. Assim, o método elaborado e proposto para analisar a acessibilidade foi baseado em um documento, a norma da NBR 9050/2004 que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, válida a partir de 30/06/2005.

A aplicação do instrumento de análise foi realizada via correio eletrônico e comunicação oral, a fim de que os usuários apontassem as condições de acessibilidade da BCE, no que se refere ao atendimento às pessoas com deficiências físicas, com base em suas próprias experiências. Os dados foram tratados e representados graficamente. O item “não se aplica” foi mantido porque o mesmo instrumento de análise foi aplicado para os dois grupos descritos acima e somados, durante o tratamento dos dados, no item “atende plenamente”.

Desse modo ao analisar o estado atual da Biblioteca Central da UnB quanto à acessibilidade de seus usuários com deficiência, propõe-se a seguinte metodologia de trabalho, compreendendo quatro etapas:

- 1º - definição do tipo de deficiência analisada para os usuários da biblioteca;
- 2º - elaboração de um instrumento de análise;
- 3º- aplicação do instrumento de análise a um grupo de usuários com determinado tipo de deficiência;
- 4º tratamento dos dados coletados.

A seguir, apresentam-se os comentários referentes a cada uma das etapas da metodologia.

4.1 Definições do tipo de deficiência analisada para os usuários da biblioteca

Conforme mencionado no capítulo II, dentre os usuários freqüentadores de uma biblioteca, alguns poderão apresentar algum tipo de deficiência, seja ela física, visual, auditiva, etc. Neste trabalho, serão analisadas apenas as condições de acessibilidade à BCE para os usuários com deficiência física.

4.2 Elaboração do instrumento de análise

Para a elaboração do instrumento de análise, serão considerados como critérios válidos para definição das questões aos usuários, basicamente, aqueles previstos pela norma NBR 9050: 2004. Na tabela 1, apresentam-se os critérios adotados e os correspondentes itens desta Norma. Sobre a entrada da biblioteca, tomando-se como exemplo o item 6.5, deve-se verificar o estado das rampas de acesso, bem como mensurar a sua inclinação. Com relação especificamente ao item 8.7 da norma, avaliam-se o espaço para circulação dos usuários cadeirantes, o percentual de mesas e terminais de consultas, estantes, etc.

No Apêndice A, apresenta-se o modelo do instrumento de análise elaborado.

Tabela 1 - Critérios adotados para elaboração do instrumento de análise

Locais	Itens da Norma NBR 9050: 2004 - ABNT
Entrada da Biblioteca	6.5 , 6.8 ,7.1 a 7.3,
Interior da Biblioteca	8.7 a 8.7.6, 9 a 9.6

4.3 Aplicação do instrumento de análise a um grupo de usuários com determinado tipo de deficiência

O instrumento de análise deverá ser aplicado a um grupo de usuários com deficiência física cadastrados no PPNE, sejam eles cadeirantes ou que sofram de mobilidade reduzida. Os alunos da graduação foram convidados a participar da pesquisa por meio eletrônico, pois onde estão cadastrados não é permitido fornecer o telefone somente e-mail. Foi enviado aos usuários carta convite com a proposta da pesquisa que seria realizada na própria Biblioteca Central que serviria como laboratório para identificação quanto a acessibilidade a certos locais e mobiliários.

No entanto, devido a greve na Universidade, foi impossível unir o grupo para se colocar a pesquisa em prática.

Através do correio eletrônico, e conforme convites aceitos iam chegando era encaminhando ainda por e-mail, o instrumento de análise que teria como suporte um manual de explicações, itens relacionados a norma NBR 9050/2004 da ABNT e fotos dos locais a serem analisados. A pesquisa deu-se no período de março, abril e maio de 2010. Do universo dos alunos de graduação, participaram seis (6) usuários de cadeiras de rodas e quatro (4) usuários com mobilidade reduzida. No momento da coleta de dados, dois alunos não foram localizados e um se opôs a responder ao questionário.

4.4 Tratamento dos dados coletados

Os dados coletados, a partir do preenchimento dos instrumentos de análise pelos grupos de usuários com deficiência, foram organizados em tabelas e gráficos.

O gráfico foi formado por dois eixos, sendo que um eixo é para perguntas e outro para as respostas.

Após a minuciosa observação dos resultados nos gráficos construídos, será possível a identificação e o mapeamento do estado atual da BCE, sob a ótica da sua acessibilidade.

V RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado da pesquisa demonstrou que os usuários com mobilidade reduzida manifestaram-se satisfeitos com alguns pontos que não interferiam no seu acesso, no entanto, um usuário diz que “[...]”⁸ a Biblioteca não foi projetada para quem tem dificuldade de locomoção. [...] “[...] eu faço uso de bengala e devo evitar subir e descer escadas [...]”.

Outro usuário comenta que “[...] a Biblioteca deve passar por várias reformas para atender não só o público em geral, mas também as pessoas com deficiências [...]”.

Em relação aos alunos cadeirantes, eles além de responderem ao questionário fizeram várias observações no campo reservado a observações e sugestões situado no final do instrumento de análise, dizendo que, a Biblioteca com suas adaptações, precisa passar por várias melhorias principalmente em relação aos recursos como rampas de acesso, terminais de consulta etc. Outro usuário responde que “[...] a rampa de acesso deve ser mais larga e ter menos auge (menos íngreme). O auge está muito elevado e isso dificulta a subida por parte de um deficiente físico. [...]” diz ainda que, “[...] corre ainda o risco de desequilibrar-se e pegar uma boa velocidade, a ponto de atingir o vidro frontal [...]” se quiserem incluir os deficientes físicos, ponham a rampa de acesso no meio da escada, pois os deficientes já se encontram à margem, à esquerda ou à direita, ninguém observa, tudo é exclusão! [...]”.

O usuário 6 comenta que não freqüenta a Biblioteca porque “[...] Uma vez vi uma rampa de acesso junto a escada, na entrada principal extremamente perigosa. A inclinação era muito fora do padrão usual (íngreme) [...]” “[...] Criaram um sistema em que nós solicitávamos via sala livros [...]”, “[...] então pegavam o livro na Biblioteca para que nós pegássemos ali. Para mim também é ineficiente, [...]” “[...] às vezes quer fazer uma pesquisa, procurar o material que melhor lhe convém. [...]” “Eu pedia para os colegas pegar os livros de que precisava ou até mesmo os professores, quando tinham, me emprestavam, ou eu procurava uma biblioteca perto de casa, ou até mesmo comprava o livro (era mais fácil) ”.

⁸ As reticências entre colchete no início e no fim da fala, significam omissão de um trecho da transcrição.

“[...] a pessoa com deficiência quer locomover-se livremente pelo espaço comum, sem necessitar da ajuda de terceiros. Deseja circular pelo pátio, utilizar sanitários, ingressar pela entrada principal, sem depender da intervenção de ninguém, de maneira que não seja objeto de tratamento diferenciado e discriminatório”. (NOGUEIRA, 2007, p.21).

Outro usuário respondeu que “[...] Acredito que tentou-se adaptar o prédio [...] que é um projeto antigo que teve que se remodelar, mas o resultado final ficou com aspecto de adaptações por obrigação, que não cumpre com o princípio do desenho universal de acessibilidade que visa integrar diferentes pessoas de forma igualitária no ambiente [...]”.

De acordo com Pupo e Vincentini (1998, p.3) “muitos alunos com deficiência iniciam uma atividade de pesquisa na universidade e são barrados pela inexistência de uma infra-estrutura adequada”. Na maioria das vezes, há casos de evasão devido às dificuldades encontradas por eles.

Os resultados obtidos, com a aplicação do instrumento de análise, são apresentados em dois grupos, cada um deles correspondente a um tipo de usuário com deficiência física. As questões do instrumento de análise abordam os critérios mencionados no capítulo anterior, ou seja, a entrada da biblioteca, o seu interior, além de outros itens considerados também relevantes.

Quanto a entrada da biblioteca, foram elaboradas questões sobre a portaria central, rampa, elevador e escada - corrimãos. Com relação ao interior da biblioteca, as perguntas trataram dos terminais de consulta, das estantes, dos sanitários e bebedouros. Sobre os outros itens, elaboraram-se questões sobre os telefones públicos, a lanchonete e as máquinas de atendimento automático. À medida que os resultados são apresentados, incluem-se, na seqüência, os correspondentes comentários e observações. É importante ressaltar que alguns itens como portaria central, sanitários e elevadores obtiveram um número maior de respostas devido a quantidade maior de perguntas elaboradas por serem considerados itens de maior dificuldade de acesso.

5.1 Primeiro grupo: Usuários em cadeiras de rodas

No grupo dos usuários cadeirantes, seis pessoas responderam ao instrumento de análise. São estudantes, alguns trabalham e estão na faixa entre 18 a 45 anos de idade, entre o diagnóstico mais comum, está o traumatismo raquimedular e todos são usuários de cadeiras de rodas.

Tabela 2 : Perfil usuários respondentes em cadeiras de rodas:

Nome	Idade	Profissão	Diagnóstico	Condição Motora
Usuário 1	31	Estudante	Seq. Poliomielite	Usuário de cadeiras de rodas
Usuário 2	25	Estudante	Distrofia Musc. de Duchenne	Usuário de cadeiras de rodas
Usuário 3	45	Estudante	Lesão Medular	Usuário de cadeiras de rodas
Usuário 4	18	Estudante	Traumatismo Raquimedular	Usuário de cadeiras de rodas
Usuário 5	19	Estudante	Traumatismo Raquimedular	Usuário de cadeiras de rodas
Usuário 6	37	Estudante	Traumatismo Raquimedular	Usuário de cadeiras de rodas

A tabela 3 apresenta, para cada item avaliado, o número de respostas correspondentes ao seu grau de atendimento, no caso, “atende plenamente”, “atende parcialmente” ou “não atende”.

Tabela 3 - Resultados da análise dos usuários em cadeiras de rodas:

	Item analisado	Atende Plenamente	Atende Parcialmente	Não atende
Entrada da biblioteca	Portaria Central	10	8	12
	Elevadores	2	4	5
	Corrimãos	1	3	2
	Estantes	0	2	4
Interior da biblioteca	Terminais de consulta	1	1	4
	Bebedouros	2	4	12
	Sanitários	21	8	25
	Telefones	1	3	8
Outros	Máquina de atendimento	3	3	6
	Lanchonetes	0	2	16

Fonte: Dados coletados a partir de questionário aplicado aos alunos cadeirantes da UnB – mar/abr/maio 2010.

5.1.1 Entrada da biblioteca

Com relação à entrada da biblioteca, pode-se observar a partir dos gráficos das fig.5.1 e 5.2, que os usuários cadeirantes consideram que, tanto a “portaria central” como os “elevadores”, não atendem às suas necessidades. Esses resultados obtidos com a aplicação do instrumento de análise são confirmados pelo fato de que o elevador da biblioteca algumas vezes encontra-se indisponível, seja pela quebra do equipamento ou pela falta de informação de como usá-lo. Existem também outros fatores que justificam a não preferência pela sua utilização, como a insegurança do cadeirante pelo risco de ocorrência de falha do elevador ou mesmo de falta de energia.

Com relação à portaria central e aos corrimãos, a principal razão para o não atendimento de suas necessidades está associada à rampa de acesso (fig.5.3). A maioria dos cadeirantes afirma que é muito íngreme o que dificulta bastante à

subida. Tomando-se as medidas de altura, 1m, e comprimento, 7,1m, constata-se que a sua inclinação é de 14%. Assim, conclui-se que esta inclinação é realmente excessiva, pois, de acordo com a norma NBR 9050: 2004, as rampas devem ter inclinação de acordo com limite estabelecido. Para inclinação entre 6,25% e 8,33% devem ser previstas áreas de descanso nos patamares, a cada 50 m de percurso.



Fig. 5.1 - Portaria Central

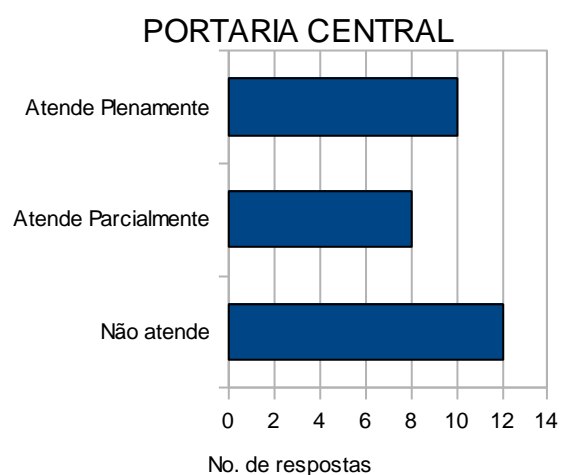


Gráfico 1 – Resultados obtidos Portaria Central



Fig. 5.2 - Elevador

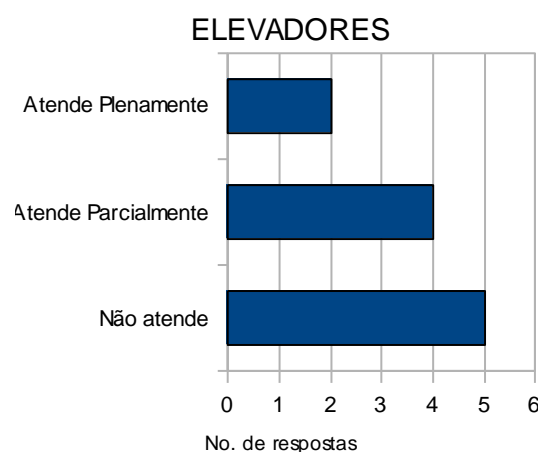


Gráfico 2 - Resultados obtidos Elevador



Fig. 5.3 - Corrimãos

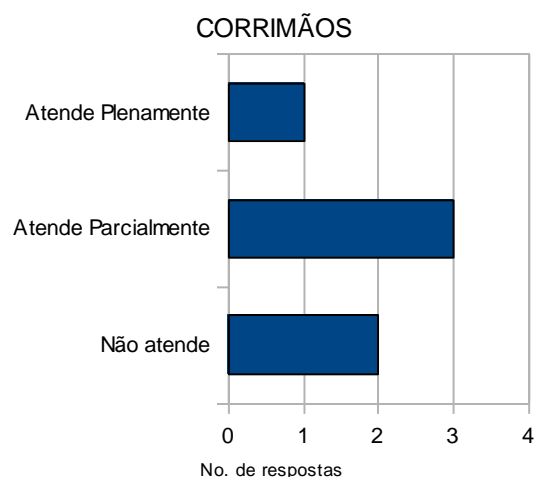


Gráfico 3 – Resultados obtidos Corrimãos

5.1.2 Interior da biblioteca

Com relação ao interior da biblioteca, pode-se observar a partir do gráfico da fig.5.4, que os usuários cadeirantes consideram que os terminais de consulta não atendem às suas necessidades. Esta constatação certamente não se deve às mesas da biblioteca, por serem todas acessíveis, nem tão pouco à funcionalidade dos computadores e programas para consulta. Na verdade, a confirmação desses resultados se deve ao fato de que a área de passagem para acesso aos terminais (fig.5.4) possui um vão muito estreito. Este vão mede cerca de 0,77m, quando deveria ser pelo menos de 0,90 m, de acordo com a norma brasileira. As estantes, por sua vez, também foram motivo de críticas por parte destes usuários (fig.5.5). A distância de 0,95m, entre as estantes, atende ao item 8.7.3 da norma NBR. Contudo, a razão principal é a dificuldade apontada pelos cadeirantes para execução de manobra, com rotação de até 180⁰, para sua circulação entre os corredores das estantes. Com relação aos sanitários, a análise de não atendimento também prevaleceu. Apesar disto, nota-se pela fig.5.6, que há sanitários acessíveis no pavimento térreo, pela presença de barras de apoio para facilitar a transferência lateral da cadeira para a bacia sanitária. Entretanto, no 1^o pavimento não há sanitários adaptados para pessoas em cadeira de rodas, dificultando a permanência do aluno nessa área. Outro motivo de reclamação por parte destes usuários é

quanto ao tipo de puxadores horizontais que devem ser instalados junto às dobradiças no lado interior das portas, para facilitar o fechamento de portas. Além disso, a maioria dos bebedouros (fig.5.7) instalados junto aos sanitários não são acessíveis porque sua altura é superior ao recomendado pela Norma.



Fig. 5.4 - Terminais de consulta

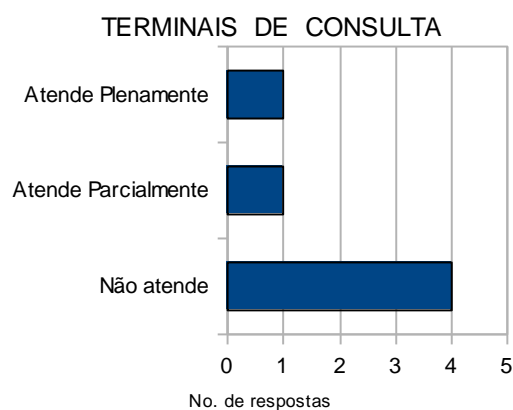


Gráfico 4 – Resultados obtidos Terminais de consulta



Fig. 5.5 - Estantes

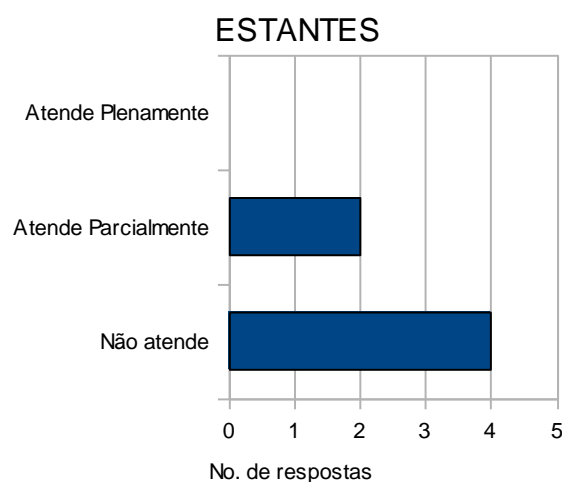


Gráfico 5 – Resultados obtidos Estantes

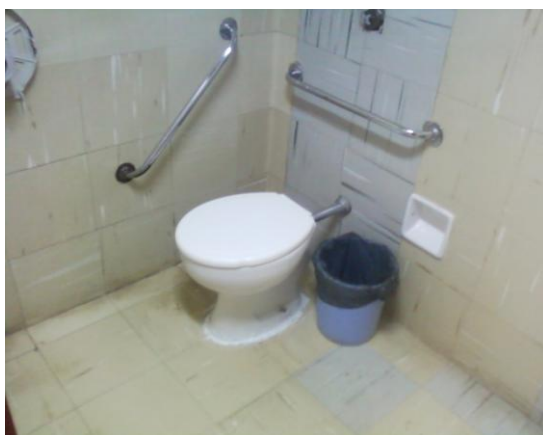


Fig. 5.6 - Sanitários

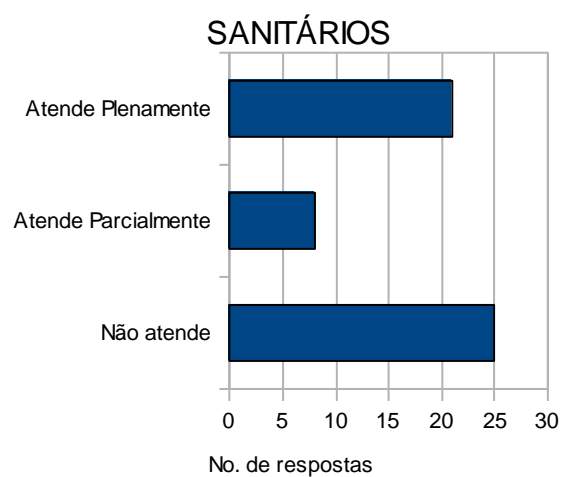


Gráfico 6 – Resultados obtidos Sanitários

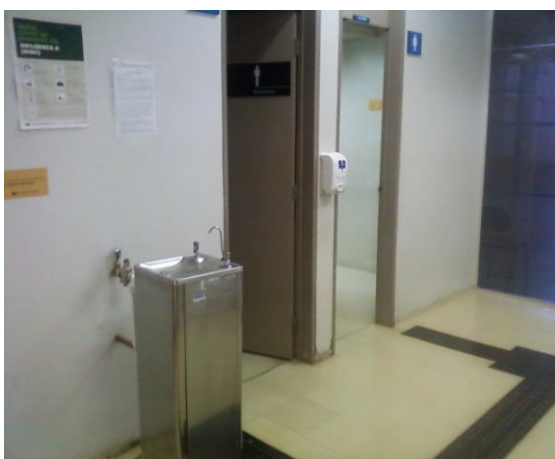


Fig. 5.7 - Bebedouros

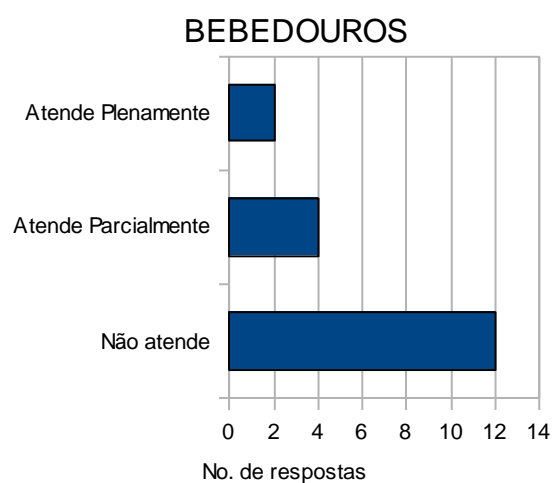


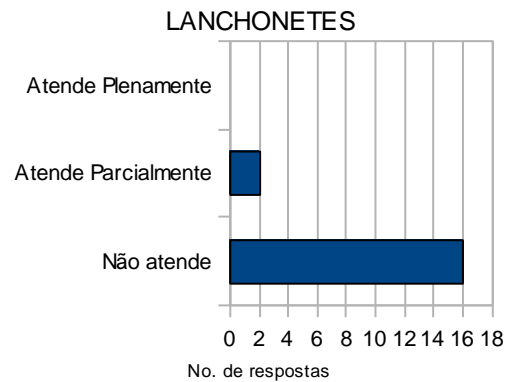
Gráfico 7 – Resultados obtidos Bebedouros

5.1.3 Outros itens

Com relação a outros itens também relevantes, pode-se observar a partir do gráfico da fig.5.8, que a lanchonete instalada junto à Biblioteca não atende às necessidades dos usuários cadeirantes. Na foto da fig.5.8, nota-se o quão difícil é o acesso ao interior da lanchonete, pela presença de uma catraca e escadas. Geralmente, estes usuários pedem auxílio aos colegas para adquirir alimentos.



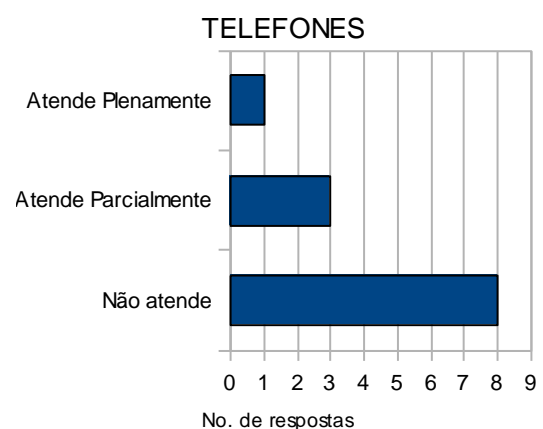
Fig. 5.8 - Lanchonete

Gráfico 8 – Resultados obtidos
Lanchonete

Quanto aos telefones públicos e máquina de atendimento automático, apresentados nas fig.5.9 e fig.5.10, estes usuários disseram que estes itens não atendem às suas necessidades. A norma pede que a parte operacional superior do telefone acessível para P.C.R. deve estar à altura de no máximo 1,20 m. Para a máquina de auto-atendimento os controles devem estar localizados à altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso, com profundidade de no máximo 0,30 m em relação à face frontal externa do equipamento.



Fig. 5.9 - Telefones públicos

Gráfico 9 – Resultados obtidos Telefones
públicos

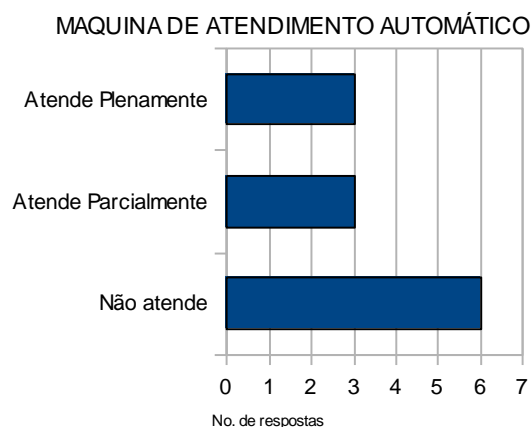


Fig. 5.10 - Máquinas de atendimento automático Gráfico 10 – Resultados obtidos Máquina de atendimento automático

5.2 Segundo grupo: *Usuários com mobilidade reduzida*

No grupo dos usuários com mobilidade reduzida, quatro pessoas responderam ao instrumento de análise. São estudantes, estão na faixa entre 18 a 44 anos de idade, entre o diagnóstico mais comum está distrofia muscular, são usuários de muleta e bengala.

Tabela 4 -: Perfil usuários respondentes com mobilidade reduzida:

Nome	Idade	Profissão	Diagnóstico	Condição Motora
Usuário 1	44	Estudante	Necrose da cabeça do Fêmur	Dificuldade de locomoção
Usuário 2	25	Estudante	Distrofia Muscular	Dificuldade de locomoção
Usuário 3	20	Estudante	Distrofia muscular	Dificuldade de locomoção
Usuário4	18	Estudante	Mielite aguda	Dificuldades de Locomoção

Conforme tabela 5, responderam ao instrumento de análise o grupo de usuários com mobilidade reduzida. A tabela apresenta, para cada item avaliado, o número de respostas correspondente ao seu grau de atendimento, no caso, “atende plenamente”, “atende parcialmente” ou “não atende”.

Tabela 5 - Resultados da análise dos usuários como mobilidade reduzida

	Item analisado	Atende	Atende	Não
Entrada da biblioteca	Portaria Central	11	6	3
	Elevadores	5	0	3
	Corrimãos	2	2	0
	Estantes	4	0	0
Interior da biblioteca	Terminais de consulta	3	1	0
	Bebedouros	7	3	2
	Sanitários	24	9	3
	Telefones	7	0	1
Outros	Máquina de atendimento	6	0	2
	Lanchonetes	9	3	0

Fonte: Dados coletados a partir de questionário aplicado aos usuários com mobilidade reduzida da UnB – mar/abr/maio 2010.

5.3. Entrada da biblioteca

Com relação à entrada da biblioteca, pode-se observar a partir dos gráficos das fig.5.11 a 5.13, que os usuários com mobilidade reduzida consideram que, tanto a “portaria central”, como os “elevadores” e os “corrimãos” atendem às suas necessidades.



Fig. 5.11 - Portaria Central

PORTARIA CENTRAL

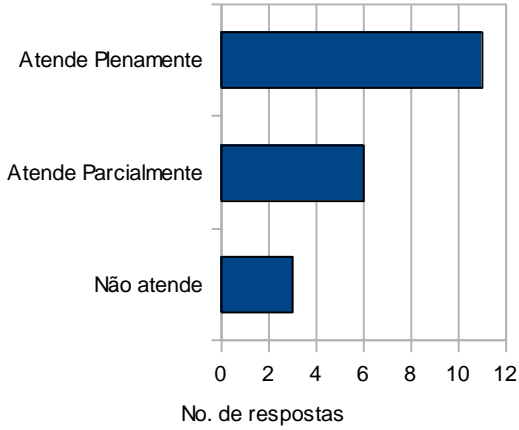


Gráfico 11- Resultados obtidos Portaria Central



Fig. 5.12 - Elevador

ELEVADORES

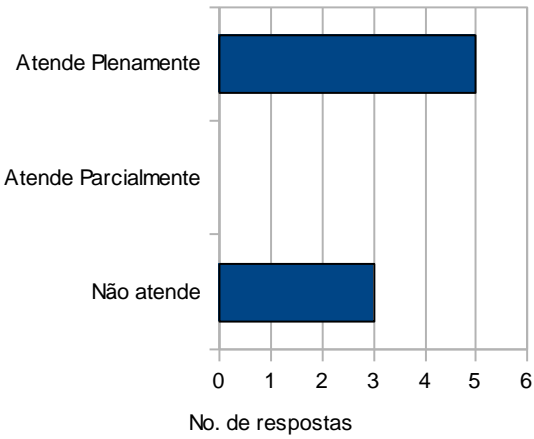
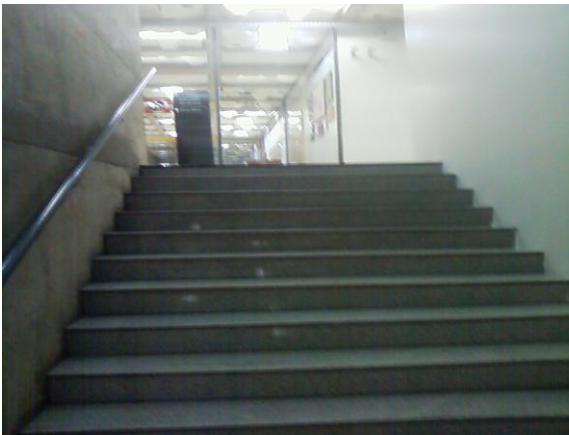


Gráfico 12 - Resultados obtidos Elevador



CORRIMÃOS

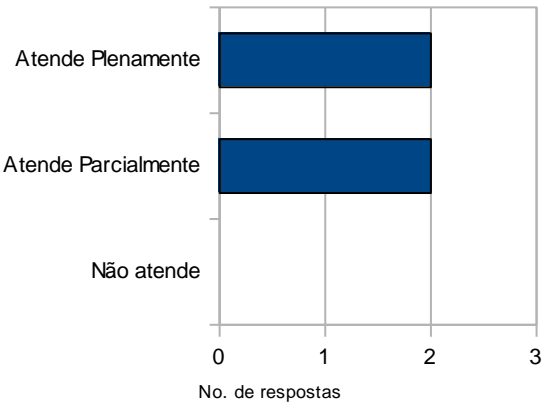


Fig. 5.13 - Escadas - corrimãos Gráfico 13 - Resultados obtidos Escadas – corrimãos

5.3.1 Interior da biblioteca

Com relação ao interior da biblioteca, pode-se observar a partir dos gráficos das fig.5.14 a 5.17, que os usuários com mobilidade reduzida consideram que as “estantes”, os “terminais de consulta”, os “sanitários” e os “bebedouros” atendem às suas necessidades.

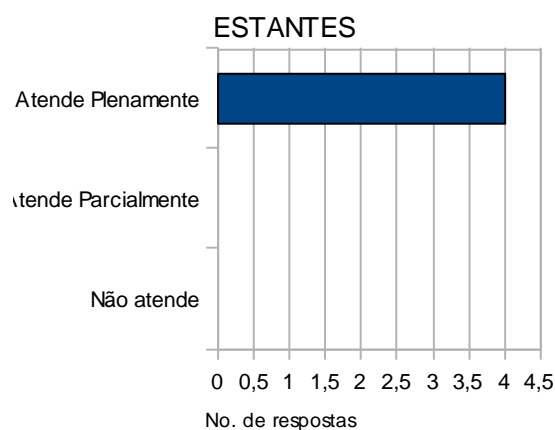


Fig. 5.14 - Estantes

Gráfico 14 - Resultados obtidos Estantes

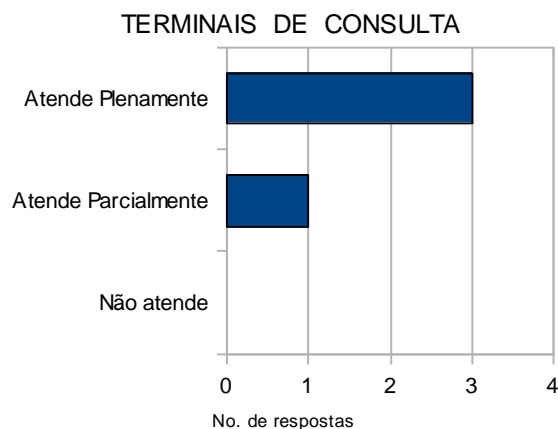


Fig. 5.15 - Terminais de consulta Gráfico 15 - Resultados obtidos Terminais de consulta



Fig. 5.16 - Sanitários

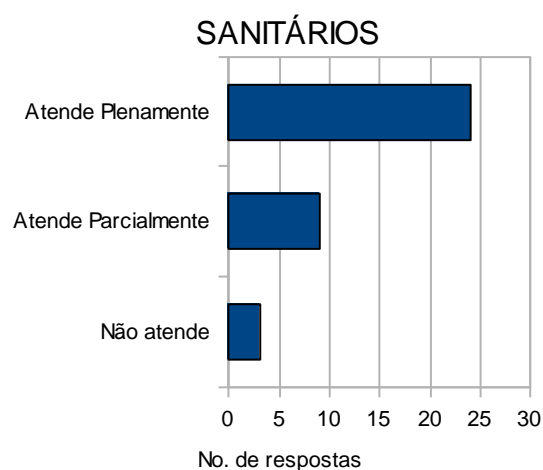


Gráfico 16 - Resultados obtidos Sanitários



Fig. 5.17 - Bebedouros

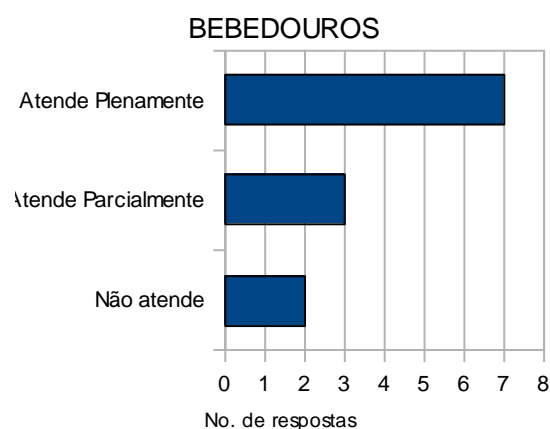


Gráfico 17 - Resultados obtidos Bebedouros

5.3.2 Outros itens

Com relação a outros itens de menor importância, porém também relevantes, pode-se observar, a partir dos gráficos das fig.5.18 a 5.20, que a lanchonete instalada junto à biblioteca, os telefones públicos e as máquinas de atendimento automático atendem às necessidades dos usuários com mobilidade reduzida.



Fig. 5.18 - Telefones públicos

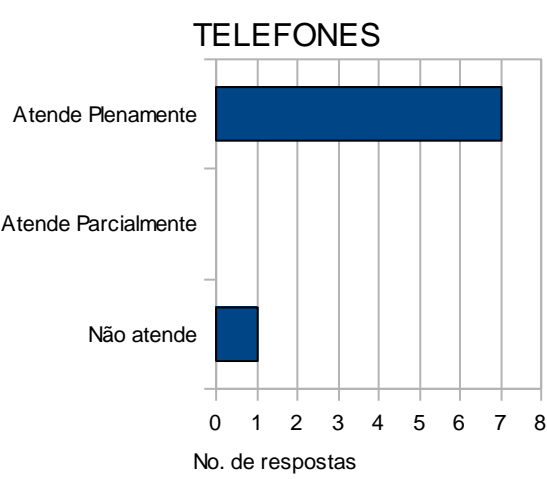


Gráfico 18 - Resultados obtidos Telefones públicos



Fig. 5.19 - Lanchonete

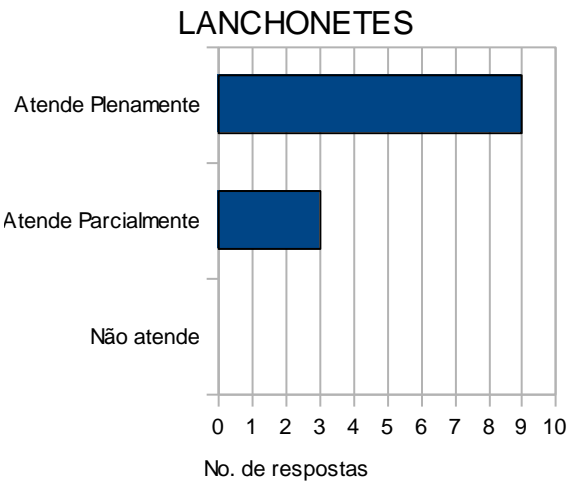


Gráfico 19 - Resultados obtidos Lanchonete

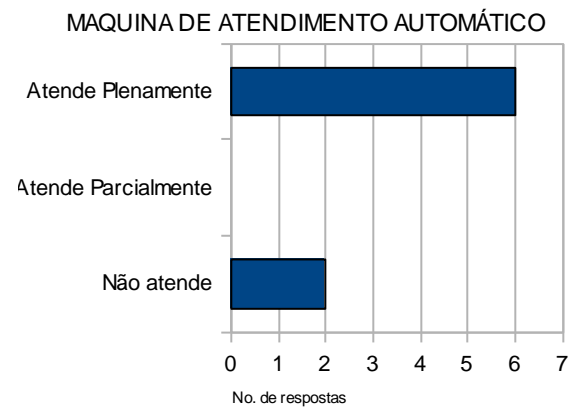


Fig. 5.20 - Máquina de atendimento automático Gráfico 20 - Resultados obtidos
Máquina de atendimento automático

VI CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A título de conclusões e recomendações, temos a dizer que, os usuários com mobilidade reduzida manifestaram-se satisfeitos com o estado geral da UnB – BCE. Já os usuários cadeirantes apontaram que a biblioteca, apesar de apresentar uma série de adaptações em sua infra-estrutura visando acessibilidade, ainda não atende satisfatoriamente as suas necessidades quanto a vários itens, tais como: grande inclinação da rampa de entrada, pequeno espaço para manobra da cadeira de roda entre os corredores das estantes, acesso aos terminais de consulta que estão fora do alcance, além da falta de um sanitário acessível em cada pavimento, pois, de cada 3 pavimentos que a Biblioteca possui, apenas o térreo apresenta um sanitário acessível, ficando o usuário impossibilitado de estudar em outros pavimentos da Biblioteca. Os itens levantados no capítulo V como portaria central, elevadores, rampas, lanchonete, banheiros etc., podem parecer de pequena monta, mas para os usuários com deficiência física, apenas uma pequena dificuldade pode causar constrangimento, fazendo com que estes tenham tolhida completamente a sua já limitada autonomia.

Assim, através da análise dos resultados obtidos neste estudo, pode-se concluir que a biblioteca apresenta oportunidades de melhoria na maioria dos itens analisados conforme a NBR 9050 (ABNT, 2004). Recomendamos novos estudos sobre o tema em questão.

REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo - USP: Vitae, 2005. 118 p. (Série Museologia. Roteiros práticos;)

Acessibilidade. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005. Disponível em Anais ATIID 2005 em: <http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>

ACESSIBILIDADE BRASIL. Disponível em: <HTTP://www.acessibilidade.net>. Acesso em 1 ago.2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:** Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. 105 p.

_____.; **NBR 13994.** Elevadores de passageiros – elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência. Rio de Janeiro, 2000. 15 p.

BAPTISTA, M.I.S.D. FERRÉS, S. (Coord.) et al. Convivendo com as diferenças. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Coord.). **Acessibilidade:** discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP, 2008. 137 p.

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão social das pessoas com deficiências:** utopia ou possibilidade? São Paulo: Paulus, 2006. (Coleções Fundamentais da Saúde; 11)

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na Escola.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2002.** Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Brasil. Ministério das Cidades. **Brasil acessível:** programa brasileiro de acessibilidade urbana. Brasília: Ministério das Cidades, [2005?]. 114 p.

BRASIL. Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/dec3298.asp> Acesso: 21/02/2010.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/sicorde/dec5296.asp> Acesso: 21/02/2010.

Brasil. Lei Nº 7.853 de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/lei7853.asp> Acesso: 21/02/2010.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais.** 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997. 415p.

COHEN, Regina. <<http://www.livroacessível.org/universidade-acessível-regina-cohen.php>> acesso em: 31.05.2010.

CORDE. **Os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília: CORDE, 1994.

Curso Básico Sobre Acessibilidade Ao Meio Físico (1994: Rio de Janeiro). Anais [do] curso básico sobre acessibilidade ao meio físico. Brasília: Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994. 214 p.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2010.

FERRÉS, S. (Coord.) et al. Acessibilidade física. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Coord.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP, 2008. 137 p.

GUIMARÃES, Marcelo Pinto e FERNANDINO, Sandra Fagundes. Coletânea de Critérios para a Acessibilidade, In: **Projeto Escala Gradativa da Acessibilidade, fomentado pela CORDE** / Ministério da Justiça. ADAPTSE EA UFMG, Abril de 2001.

HOUAISS, Antonio (Ed.). **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Disponível em: <<http://Houaiss.uol.com.br/busca.jhtm>>. Acesso em: dez.2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000. A **característica da população**. [s.l]: IBGE, 2000. Disponível em HTTPS://www.ibge.gov.br/ibgeteen/censo2000_amostra/gerais.html. Acesso em: 07 dez.2009.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 2. ed. Campinas : autores Associados, 2006. 243 p.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. 1. ed. rev. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. 94 p.

MACIEL, M.R.C. Portadores de deficiência : a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.14, n.2, p. 51-56, 2000.

MANUAL da mídia legal: comunicadores pela inclusão. Rio de Janeiro: WVA, 2003. 100 p

MAZZONI, A. A. ET AL. aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **CI. Inf.** Brasília, v.30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001.

MILANESI, Luís. **Ordenar para desordenar**: Centros de cultura e bibliotecas públicas. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 261 p

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983. Coleção Primeiros Passos. n. 94.

MANTOAN, M. T. E., PRIETO, R. G. **Inclusão Escolar** : Pontos e Contrapontos. 2. ed. São Paulo: Summus, 2004.

NOGUEIRA, C. O. **O fisioterapeuta e a acessibilidade das pessoas com deficiência física**. São Paulo, 2007 (Dissertação de Mestrado) - Universidade Presbiteriana Mackenzie.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação internacional das deficiências, incapacidade e desvantagens**, 1980 In: Um manual de Classificação de Conseqüências das Doenças. Lisboa: Secretariado Nacional de reabilitação, 1995.

O'SULLIVAN, SUSAN B ET AL. **Fisioterapia: avaliação e tratamento**. Avaliação ambiental. Cap. 12, p. 333. Ed. Manole, 4ª ed. São Paulo.

PERUZZO, Cecília M. Krohling. **Manual de metodologia para elaboração de relatório de qualificação, dissertação de mestrado e tese de doutorado**. São Bernardo do Campo, São Paulo, 2005.

PPNE : necessidades distintas, oportunidades iguais (2009). Disponível em <<http://www.unb.br/ppne/>>. Acesso em: 28 de dez.2009.

PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (Coord.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: UNICAMP, 2008. 137 p.

_____.; BONILHA, F.F.G., CARVALHO, S.H.R. (2004) **Laboratório de Acessibilidade: criação, implantação e atendimento a usuários com necessidades especiais**, na Biblioteca Central da Unicamp. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, SNBU,13, Natal-RN, 17-21 de outubro de 2004. **Anais... CD-ROM**.

_____.; VINCENTINI, Regina A. B. A integração do usuários portadores de deficiências às atividades de ensino e pesquisa: o papel das bibliotecas virtuais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 10., Fortaleza. Anais eletrônicos... Fortaleza: UFCe: UNFOR, 1998. Disponível em: WWW.netscape/anais/trabalho/sessão/aunivers.htm. Acesso em abr.2010

RIBEIRO, N.M.S. et al. Análise do ambiente de lazer para portadores de deficiência física com alteração na locomoção, na cidade de salvador. **Diálogos Possíveis**, Salvador, ano 6, n.1 p.235-242, 2007.

SAETA, B. R. P.: O contexto Social e a Deficiência. **Psicologia: Teoria e Prática**, 1999, 1, n. 1 p.51-55

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**: elementos da metodologia do trabalho científico. 5. Ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnicas e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002. 384 p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Preconceito, Discriminação, Estigma e Estereótipo em relação às Pessoas Portadoras de Deficiência**. mimeo, 1993.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência? **Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados**, ano I, n.1, 1º sem. 2003, p. 8-11. [Texto atualizado em 2009].

SOARES, Ciane Gualberto Feitosa. **Acessibilidade ao patrimônio cultural**: Políticas públicas e desenvolvimento sustentável. Brasília, 2003. 163 f.

SOUZA, Jose Maria de Araujo. **Portadores de deficiências físicas**: Acessibilidade e utilização dos equipamentos escolares. Brasília: Minist Educ. & Desport, 1997. 92 p.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira**: desempenho e perspectivas. São Paulo: Lisa, 1980. 81 p.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995. 112 p.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Anuário estatístico 2006**. Disponível em <<http://www.spl.unb.br/dados>>. Acesso em 28 de dez. 2009.

USP. USP LEGAL. Disponível em www.cecae.usp.br/usplegal/default.htm > acesso em: 20/03/2010.

VERGARA, S. C. **Começando a definir a metodologia**. In:_____.Projeto e relatórios de pesquisa em administração. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. Cap.4.

APÊNDICE

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE ANÁLISE



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO – FACE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Local: _____ nº ____ / ____

a) Portaria Central /Rampa	1. Rota acessível no percurso entre estacionamento e entradas principais (6.2.3)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	2. Condições gerais de acesso com entrada acessível ligadas as áreas de circulação principal e emergência (6.2.2)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	3. Sinalização de entradas acessíveis (6.2.6)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	4. Adaptações no caso de presença de catracas (6.2.5)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	5. Localização acessível vinculada à rota de fuga (8.2.1)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica

b) Sanitários	6 . Presença de pelo menos um sanitário acessível por sexo, em rota acessível com sinalização	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	7. Presença de área de transferência lateral para manobra da cadeira de rodas	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	8.Presença de barras de apoio junto à bacia, na lateral e no fundo	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	9. Bacia sanitária em elevação na altura estipulada pela NBR (0,45m do piso) (7.3.1.3 e 7.3.1.4)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	10. Descarga em altura de 1m do piso	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	11.Lavatório suspenso com área de aproximação frontal	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	12.Torneira com acionamento facilitado (7.3.6.3)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	13.Acessórios como cabides, espelhos, prateleiras em faixa de alcance confortável	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	14.Porta com puxador horizontal para facilitar abertura e fechamento	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica

c) Elevadores	15. O elevador vertical deve atender integralmente ao disposto na NBR 13994, quanto à sinalização, dimensionamento e características gerais.(6.8.2.1)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	16. Na área de espera para embarque dos pavimentos atendidos pela plataforma de elevação inclinada deve haver dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio quando da utilização do equipamento.(6.8.4.4)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	17. Externamente ao elevador deve haver sinalização tátil e visual informando: a) instrução de uso, fixada próximo à botoeira; b) indicação da posição para embarque; c) indicação dos pavimentos atendidos. (6.8.2.2)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
d) Estantes	18. A distância entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se a rotação de 180°, (área p/ manobra sem desloca.) (8.7.3)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
e) Corrimãos	19. Os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados dos degraus isolados, das escadas fixas e das rampas (6.7.1.1)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica

f) Bebedouros	20. Deve ser prevista a instalação de 50% de bebedouros acessíveis por pavimento, respeitando o mínimo de um, e eles devem estar localizados em rotas acessíveis. (9.1.1)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
g) Localização e altura da bica	21. A bica deve estar localizada no lado frontal do bebedouro, possuir altura de 0,90 m e permitir a utilização por meio de copo, (9.1.2.1)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	22. O bebedouro acessível deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso. Deve ser garantido um M.R. para a aproximação frontal, podendo avançar sob o bebedouro até no máximo 0,50, (9.1.3.1)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
h) Telefones	23. Em espaços externos, pelo menos 5% dos telefones, com no mínimo um do total de telefones, devem ser acessíveis para P.C.R.(9.2.1.1)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	24. A parte operacional superior do telefone acessível para P.C.R. deve estar à altura de no máximo 1,20 m.(9.2.5.1)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
i) Máquina de atendimento automático (balcão de caixas para pagamento)	25. Nos balcões de caixas para pagamento, pelo menos 5% deles, com no mínimo um do total, devem ser acessíveis para P.C.R. Recomenda-se que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade. (9.5.4)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica

	26. Nos locais em que forem previstos equipamentos de auto-atendimento, pelo menos um equipamento para cada tipo de serviço, por pavimento, deve ser acessível para P.C.R., junto às rotas acessíveis (9.6.1)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
j) Lanchonete	27. Condições gerais: os balcões de vendas ou serviços devem ser acessíveis a P.C.R., devendo estar localizados em rotas acessíveis. (9.5.1)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
k) Mesas ou superfícies para refeições ou trabalho	28. As mesas ou superfícies devem possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, conforme figura 161. (9.3.3.1)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
	29. Deve ser garantido um M.R. posicionado para a aproximação frontal, possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50 m, conforme figura 161. (9.3.3.2)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica
l) Terminais de consulta	30. Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet devem ser acessíveis a P.C.R. e P.M.R. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade. (8.7.6)	<input type="checkbox"/> Atende plenamente <input type="checkbox"/> Atende parcialmente <input type="checkbox"/> Não Atende <input type="checkbox"/> Não se aplica

*P.C.R – Pessoa em cadeira de rodas

* P.M.R – Pessoa com mobilidade reduzida

Prezados usuários, por gentileza preencha o quadro abaixo:

Usuário (Nome)	Idade	Profissão	Diagnóstico	Condição motora

Recomendações ou sugestões:

Muito obrigada!

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO – FACE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO UNIVERSITÁRIA

CARTA CONVITE A USUÁRIOS

O instrumento de pesquisa, a seguir, tem finalidade acadêmica e o seu objetivo é analisar as condições de acessibilidade da BCE/UnB para as pessoas com deficiência física. Os dados serão coletados para a pesquisa “A BIBLIOTECA PÚBLICA UNIVERSITÁRIA, ACESSIBILIDADE E PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS”, parte integrante do Curso de Especialização em Gestão Universitária, da FACE.

Esperamos contar com sua preciosa colaboração. Lembramos que será garantido o sigilo absoluto e resguardado o nome dos participantes.

Estudante/pesquisadora: Mônica M. de S. M. Nunes

e-mail: monicaunb@gmail.com

Orientadora: Profª Drª Marisa C. Trindade

e-mail: marisatm@unb.br

ANEXOS

ANEXO A

MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DO INSTRUMENTO

A Norma NBR 9050 (ABNT, 2004) foi elaborada no Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-40). Esta norma estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação, de edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. No estabelecimento destes critérios e parâmetros técnicos foram consideradas diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem ajuda de aparelhos específicos, como cadeiras de rodas ou qualquer outro que venha complementar as necessidades individuais. Proporcionar à maior quantidade possível de pessoas - independente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção - a utilização, de maneira autônoma e segura, do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos.

Observações:

Quando um item não atender a todos os critérios, poderá ser marcado o item atende parcialmente. Quando o critério não for obrigatório e estiver presente no ambiente, poderá ser marcada a questão “Não se aplica”.

- () Atende plenamente.....1 ponto
- () Atende parcialmente.....1 ponto
- () Não Atende.....1 ponto
- () Não se aplica.....1 ponto

ANEXO B

GLOSSÁRIO

Acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

Acessível: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo implica acessibilidade física e de comunicação.

Adaptação: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis.

Áreas de aproximação: Espaço sem obstáculos para que a pessoa possa manobrar, deslocar-se e utilizar o mobiliário ou elemento com autonomia e segurança.

Área de transferência: Espaço necessário para que uma pessoa, utilizando cadeira de rodas, possa se posicionar próximo ao mobiliário para o qual necessita transfere-se.

Barreira arquitetônica, urbanística ou ambiental: qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano.

Calçada rebaixada: rampa construída ou implantada na calçada ou passeio destinada a promover a concordância de nível entre estes e o leito carroçável.

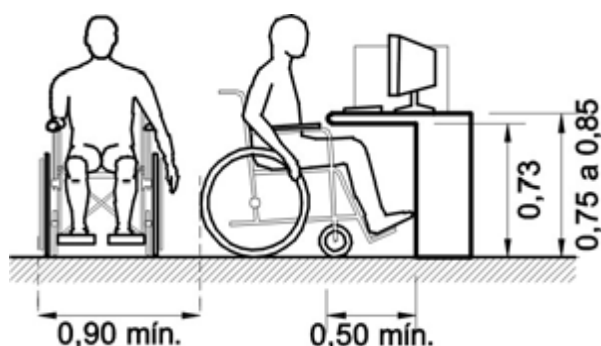
Espaço acessível: espaço que pode ser percebido e utilizado em sua totalidade por todas as pessoas, inclusive aquelas com mobilidade reduzida.

Rampa: inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminamento. Consideram-se rampas aquelas com declive igual ou superior a 5%.

Rota acessível: trajeto contínuo devidamente protegido proporcionado por portas, corredores, antecâmaras, passagens externas, balcões, vestíbulos, escadas, rampas ou outros dispositivos de saída ou combinações destes, a ser percorrido pelo usuário, em caso de um incêndio de qualquer ponto da edificação até atingir a via pública ou espaço externo, protegido do incêndio.

ANEXO C - Recomendações NBR 9050 (ABNT 2004)

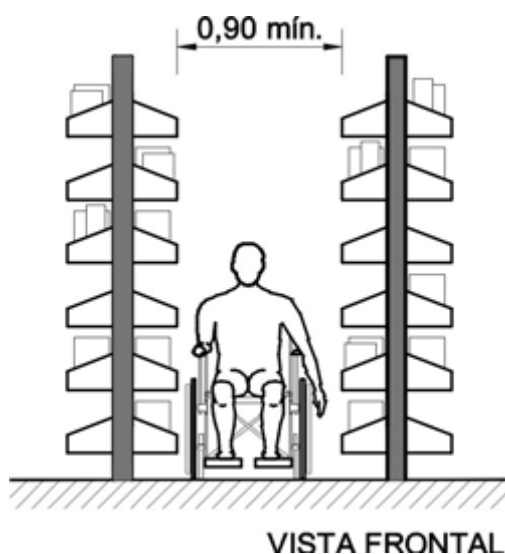
Terminais de consulta



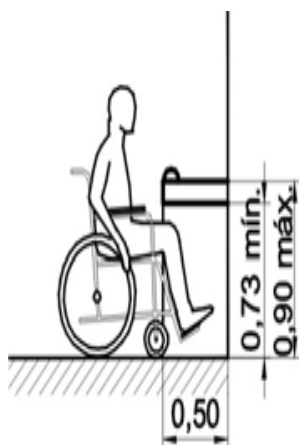
Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet devem ser acessíveis a P.C.R. e P.M.R. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade.

Estantes

A distância entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura, conforme figura abaixo. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. Recomenda-se a rotação de 180°.



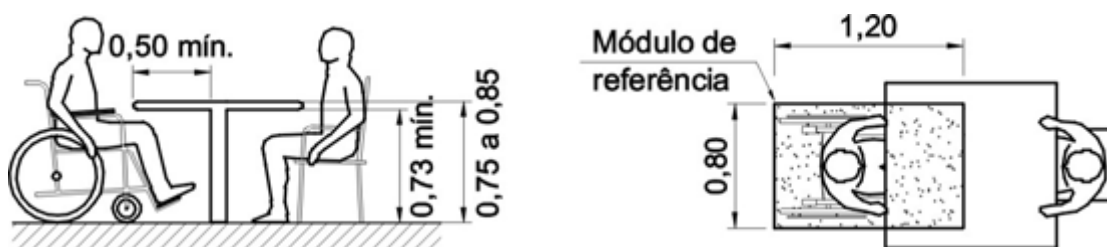
Bebedouros



VISTA LATERAL

O Bebedouro acessível deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso. Deve ser garantido um M.R.(Módulo de Referência)* para a aproximação frontal ao bebedouro, podendo avançar sob o bebedouro até no máximo 0,50, conforme figura acima.

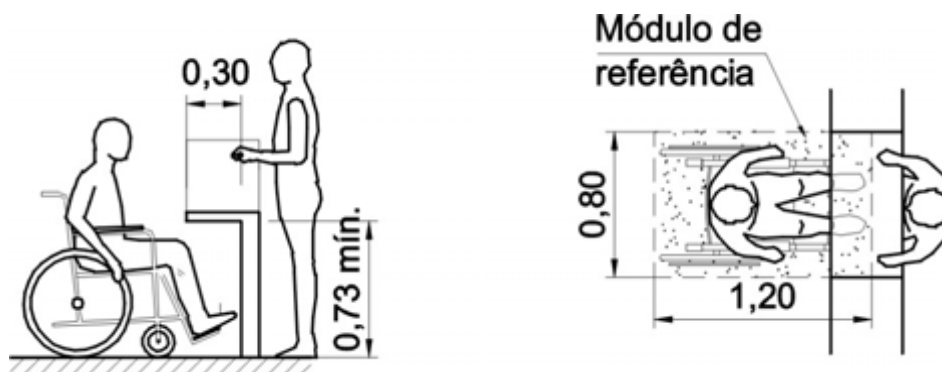
Mesas



Quando mesas ou superfícies para refeições ou trabalho são previstas em espaços acessíveis, pelo menos 5% delas, com no mínimo uma do total, deve ser acessível para P.C.R. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade. Deve ser garantido um M.R. posicionado para a aproximação frontal, possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50 m, conforme figura acima. Deve ser garantida uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para o acesso às mesmas. deve estar entre

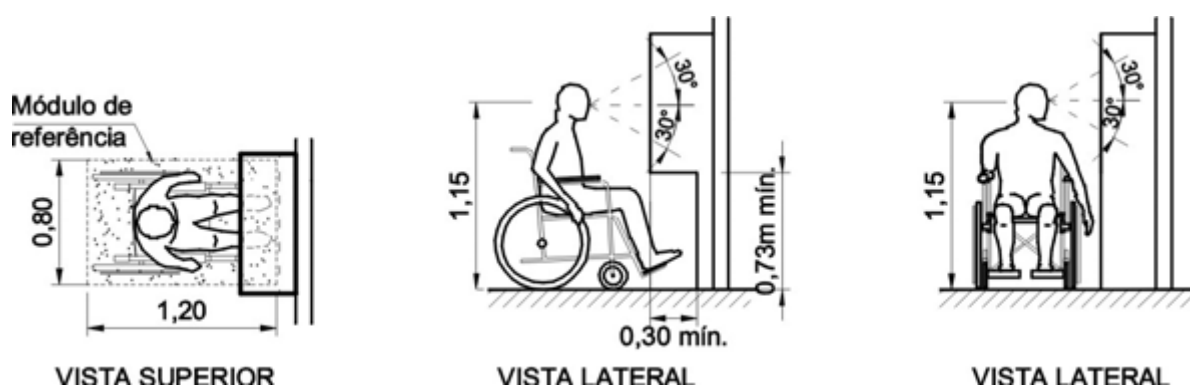
0,75 m e 0,85 m do piso.

Balcão de atendimento



Os balcões de vendas ou serviços devem ser acessíveis a P.C.R., devendo estar localizados em rotas acessíveis. Uma parte da superfície do balcão, com extensão de no mínimo 0,90 m, deve ter altura de no máximo 0,90 m do piso. Deve ser garantido um M.R. posicionado para a aproximação frontal ao balcão. Quando for prevista a aproximação frontal, o balcão deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30 m. Deve ser garantido um M.R., posicionado para a aproximação frontal ao balcão, podendo avançar sob o balcão até no máximo 0,30 m, conforme figura acima.

Máquina de atendimento automático:



Nos locais em que forem previstos equipamentos de auto-atendimento, pelo menos um equipamento para cada tipo de serviço, por pavimento, deve ser acessível para P.C.R., junto às rotas acessíveis.

Quando for prevista a aproximação frontal, o equipamento acessível deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m, com profundidade livre inferior de no mínimo 0,30 m. Deve ser garantido um M.R., posicionado para a aproximação frontal, podendo avançar sob o equipamento até no máximo 0,30 m, conforme figura acima.

***Módulo de Referência (M.R.)** – Considera-se módulo de referência a projeção de 0,80 m por 1,20 m do piso, ocupada por uma pessoa utilizando cadeira de rodas, conforme figura acima.

Rampas:

Dimensionamento:

A inclinação das rampas, deve ser calculada segundo a seguinte equação:

$$I = \frac{h \times 100}{C}$$

Onde:

I é a inclinação, em porcentagem;

H é a altura do desnível;

C é o comprimento da projeção horizontal.

Símbolo Internacional de Acesso

Representação:

A indicação de acessibilidade das edificações, do mobiliário, dos espaços e dos equipamentos urbanos deve ser feita por meio do símbolo internacional de acesso. A representação do símbolo internacional de acesso consiste em pictograma branco sobre fundo azul (Referência Munsell 10B5/10 ou Pantone 2925 C). Este

símbolo pode opcionalmente ser representado em branco e preto (pictograma branco sobre fundo preto ou pictograma preto sobre fundo branco), conforme as figuras abaixo. A figura deve estar sempre voltada para o lado direito, nenhuma modificação, estilização ou adição deve ser feita a este símbolo.



a) Branco sobre
fundo azul



b) Branco sobre
fundo preto



c) Preto sobre
fundo branco